



Praia do Cumbuco, um dos cartões postais de Caucaia.

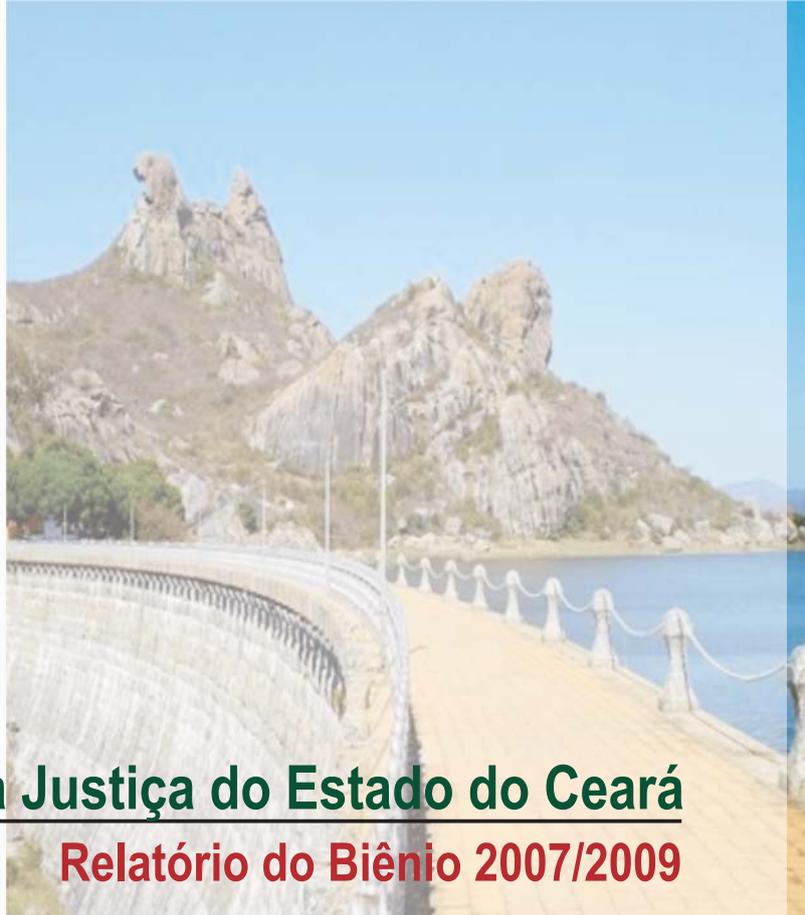


Estátua de Padre Cícero é o principal ponto turístico do Cariri.



Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará

Relatório do Biênio 2007/2009



Arco do Triunfo (Nossa Senhora de Fátima) é cartão postal de Sobral.

Açude Cedro, ao fundo a Galinha Choca, é cartão postal de Quixadá.



Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará

Relatório do Biênio 2007/2009

Composição da Corregedoria Geral da Justiça



Corregedor Geral da Justiça
Des. José Cláudio Nogueira Carneiro

Juizes Corregedores Auxiliares
Antônio Pádua Silva
Ireylande Prudente Saraiva
José Tarcílio Sousa da Silva
Hortênsio Augusto Pires Nogueira

Assessoria Jurídica
Adriano Guedes Carlos Dias
Karla Araújo Honcy
Maria Élia da Costa Farias
Mônica de Andrade Gomes Feitosa

Assessor de Imprensa
Antônio de Pádua Queiroz Martins

Auditoria
Cláudia Nadir de Andrade Medeiros
Araken Sedrim de Aguiar Neto

Diretora Geral
Maria Gercivânia Ximenes de Souza

Chefe de Gabinete
Elisângela Gitirana Rocha

Oficial de Gabinete
Marina Torres Lima Vieira

Diretora da Divisão Administrativa e Disciplinar
Francisca Maria Lima Castelo Branco

Diretora da Divisão de Correições
Francisca Regina Oliveira Patrício

Chefe de Serviço de Correições do Interior
Flavian Sales Martins

Chefe de Serviço de Correições da Capital
Raquel Menezes Klein

Chefe de Serviços de Processos Administrativos
Maria do Carmo Pessoa Mont'Alverne Frota

Apresentação

A Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, sob o comando do desembargador José Cláudio Nogueira Carneiro – gestão do biênio 2007/2009 – planejou e realizou uma série de atividades voltadas, direta ou indiretamente, para a melhoria da prestação jurisdicional, seja por meio da orientação e fiscalização, ou na consecução de ações visando a promoção da cidadania. Outro passo importante, de manter contato permanente com a sociedade, também foi desenvolvido, coroando de êxito a atual gestão.

Dentre as muitas ações implementadas ao longo de dois anos está, por exemplo, o Projeto Justiça Preventiva: O Novo Papel da Corregedoria, lançado em março de 2007. Desenvolvido em quatro fases no decorrer da administração - Caucaia, Crato, Sobral e Quixadá foram as comarcas que sediaram a abertura dos eventos -, em cada uma delas foram realizadas palestras e debates sobre importantes temas, com a participação maciça de magistrados, promotores e defensores públicos, advogados e demais operadores do direito.

O Projeto, que iniciava sempre uma nova etapa de inspeções e correições, foi fonte de informação e orientação para os participantes. Logo após a realização da fase, tinha início o trabalho de fiscalização, desenvolvido, sobretudo, pelos juízes Corregedores Auxiliares Antônio Pádua Silva; Ireylande Prudente Saraiva, José Tarcílio Sousa da Silva e Hortênsio Augusto Pires Nogueira, e pelos auditores Cláudia Nadir de Andrade Medeiros e José de Ribamar da Silva, este no primeiro ano da atual gestão, e Araken Sedrim de Aguiar Neto no segundo ano.

Os magistrados realizaram, em dois anos, inspeções e correições em 85 das 184 comarcas do Ceará e emitiram um total de 986

pareceres em procedimentos administrativos, além de desenvolverem muitas outras ações. Outro ponto que merece ser destacado é o trabalho realizado pela Auditoria da Corregedoria, principalmente junto aos cartórios, resultando, inclusive, na elevação, em 29 por cento, na arrecadação do Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário (Fermaju). Já a assessoria Jurídica elaborou, no período, 889 pareceres.

Duas outras ações receberam também especial atenção por parte da Corregedoria: A Campanha Nacional pela Conciliação e a Campanha, também de âmbito nacional, pelo registro Civil, ambas desenvolvidas pelo Conselho Nacional de Justiça. Por três anos consecutivos – 2006, 2007 e 2008 - o Ceará foi exemplo para o Brasil na realização de acordos obtidos durante a Campanha da Conciliação. Nas três edições, as comarcas do interior foram responsáveis por mais de 60 por cento das conciliações registradas no Estado.

Outra campanha vitoriosa no Ceará, esta desenvolvida pela Corregedoria Geral da Justiça, foi a do registro civil. Em um mês, em todo o Ceará foram emitidos 9.172 registros, dos quais 4.944 no interior do Estado e 4.228 em Fortaleza. Com o tema Registro Civil: Sinônimo de Cidadania, mais de nove mil pessoas ganharam cidadania, ou seja, passaram a existir de direito. A Campanha recebeu o apoio da Anoreg/Ce; do Ferc/Ce e da Arpen/Ce.

Por tudo que já foi citado e mais pelas outras ações e estatísticas que estão contidas no presente relatório, a conclusão é a de que muito foi feito pela atual gestão, mas ainda existe muito por fazer. Todos os projetos desenvolvidos e metas alcançadas somente foram possíveis diante do engajamento e dedicação dos que fazem a Corregedoria. A todos, portanto, sinceros agradecimentos.

Sumário

Lançamento do Projeto Justiça Preventiva	06 a 08
Primeira Fase do Projeto Justiça Preventiva	09 a 12
Segunda Fase do Projeto Justiça Preventiva	13 a 18
Terceira Fase do Projeto Justiça Preventiva	1 a 24
Quarta Fase do Projeto Justiça Preventiva	25 a 28
Atividades dos Juízes Corregedores Auxiliares	29 a 38
Balanço da Auditoria da Corregedoria	39 a 45
Assessoria Jurídica	46 e 47
Diretoria Geral	48 e 49
Campanha pelo Registro Civil de Nascimento	50 a 58
Semana da Conciliação	59 a 62
Outras atividades	63 a 69
Ações desenvolvidas pela Assessoria de Imprensa	70 a 75
Estatística	76 a 81
Confraternização	82 e 83



PROJETO JUSTIÇA PREVENTIVA

O NOVO PAPEL DA CORREGEDORIA

Corregedoria lança Projeto Justiça Preventiva

O Projeto “Justiça Preventiva: o Novo papel da Corregedoria”, idealizado pelo desembargador José Cláudio Nogueira Carneiro, Corregedor Geral da Justiça do Estado do Ceará, biênio 2007/2009, tem como objetivo proporcionar orientação e informação aos juízes e servidores, mantendo, contudo, a função fiscalizadora da Corregedoria.

Como mesmo enfatizou o desembargador José Cláudio em seu discurso de posse como Corregedor na solenidade de transmissão de cargo, realizada em 29 de janeiro de 2007, o novo papel da Corregedoria é o de realmente orientar e instruir, mas sem, no entanto, esquecer de seu mister fiscalizador e punitivo.

A orientação, juntamente com a fiscalização, vai ser repassada normalmente pela Corregedoria, sobretudo quando da realização das fases de correições, inspeções e visitas programadas pela atual gestão. Foram idealizadas quatro fases que serão realizadas a cada semestre, compostas de várias etapas.

Antes do início das fases é desenvolvido o Projeto “Justiça Preventiva: o Novo Papel da Corregedoria”, oportunidade na qual são realizadas palestras sobre importantes temas da Justiça, seguida por debate com os participantes, a maioria juízes, advogados, membros do Ministério Público, Defensoria Pública, cartorários, serventuários da Justiça, dos Poderes (Legislativo e



Lançamento do Projeto Justiça Preventiva

Executivo dos municípios) e representantes da sociedade civil das comarcas alvos do trabalho da Corregedoria.

REGIÕES

Como método, a Corregedoria dividiu o Estado em quatro regiões: Região Sul (Cariri e o sul do Sertão dos Inhamuns), Região Norte (e Sertão dos Inhamuns), Litoral Leste (e Sertão Central) e Região Metropolitana de Fortaleza. A idéia é contemplar uma região a cada fase, incluindo eventualmente municípios de outras áreas, de acordo com as necessidades da Corregedoria.

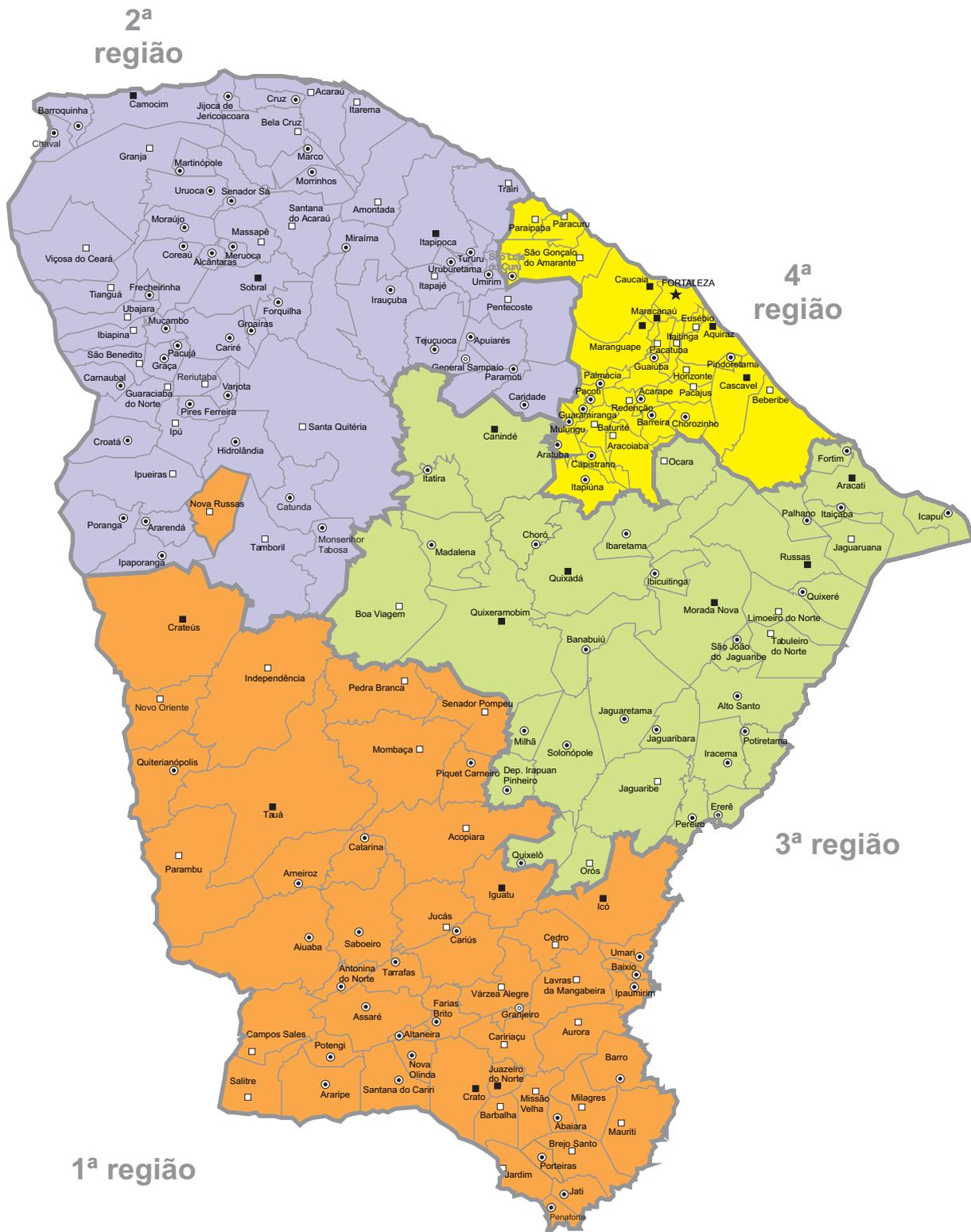


Des. Joao de Deus Bringel, Fernando Ximenes e José Cláudio



Des. José Cláudio na abertura da solenidade

Regiões do Projeto Justiça Preventiva



1ª FASE DO PROJETO JUSTIÇA PREVENTIVA

Praia do Cumbuco, um dos cartões postais de Caucaia.

**ABERTURA FOI REALIZADA NA COLÔNIA DE FÉRIAS DOS MAGISTRADOS
SENADOR CARLOS JEREISSATI, NA COMARCA DE CAUCAIA**

Desembargador José Cláudio inicia por Caucaia fase de inspeções e correições

O desembargador José Cláudio Nogueira Carneiro, corregedor Geral da Justiça do Estado do Ceará, iniciou oficialmente, dia 12 de março de 2007, pela comarca de Caucaia, a Primeira Fase de Correições e Inspeções de 2007. A solenidade de abertura dos trabalhos, que contou com duas palestras, foi realizada no Auditório Desembargador José Ari Cisne, da Colônia de Férias dos Magistrados Senador Carlos Jereissati, na Praia da Tabuba, que pertence ao município de Caucaia.

Ao abrir os trabalhos, o Corregedor Geral lembrou da importância do novo papel das corregedorias da Justiça, que é o de orientar não somente os juízes, mas todos os servidores que fazem parte do Judiciário. No entanto, frisou que, embora seja o caráter educativo uma nova missão, a Corregedoria não deve deixar de lado suas características, que é de fiscalizar e punir, quando isso for necessário.

Duas palestras, uma sobre Justiça Preventiva: O Novo Papel das Corregedorias, com a juíza Sheyla Maria Crispino Leite, titular da 7ª



Abertura da Primeira Fase de Inspeções e Correições

Novíssima Execução do Título Extrajudicial (Lei 11.382/2006), e com o procurador do Estado Juvêncio Vasconcelos Viana, foram proferidas, das 09 às 11 horas. Em seguida, a Corregedoria ofereceu um café da manhã aos participantes.

O procurador do Estado Juvêncio Vasconcelos Viana, ao abordar o tema A Novíssima Execução do Título Extrajudicial, disse que a Lei 11.382/2006 apresenta avanços significativos, sobretudo para aquele que vence a disputa judicial, já que busca alcançar a máxima efetividade, atingindo, desta forma, aqueles que procuram protelar o máximo possível o cumprimento da execução, buscando beneficiar o perdedor da

questão. Ele observou que os embargos de execução, primeiro caminho procurado pelo executado, agora têm revisão do tempo, evitando o efeito procrastinatório.

A juíza Maria Crispino Leite, titular da 7ª Vara de família do Fórum Clóvis Beviláqua, ao abordar o tema Justiça Preventiva – Novo papel das Corregedorias, disse que é louvável o papel das corregedorias da Justiça,



Des. José Cláudio falando sobre o novo papel das Corregedorias da Justiça

sobretudo a do Ceará, que procura dar conhecimento ao cidadão de melhores formas de evitar conflitos judiciais. Neste sentido – observou a Magistrada – a lei 11.441/2007 trouxe evolução, precisando, no entanto, de aprimoramentos. “Estes novos procedimentos evitam, sem dúvida, o congestionamento da máquina administrativa, já que permite que os cartórios realizem separações consensuais”, observou.

Além das autoridades já citadas, compuseram a mesa Ana Paola Lopes de Melo, representando a prefeita de Caucaia, Inês Arruda, o juiz Francisco Bizerril Azevedo de Queiroz, da 1ª Vara e diretor do Fórum da comarca de Caucaia, e Alfredo Jorge Hosmi Neto, defensor público. Também participaram do evento magistrados, de Caucaia e de comarcas vizinhas, membros do Ministério Público, advogados, cartorários e



Sheyla Maria Crispino Leite, titular da 7ª Vara de Família

servidores da Justiça.

VISTORIAS

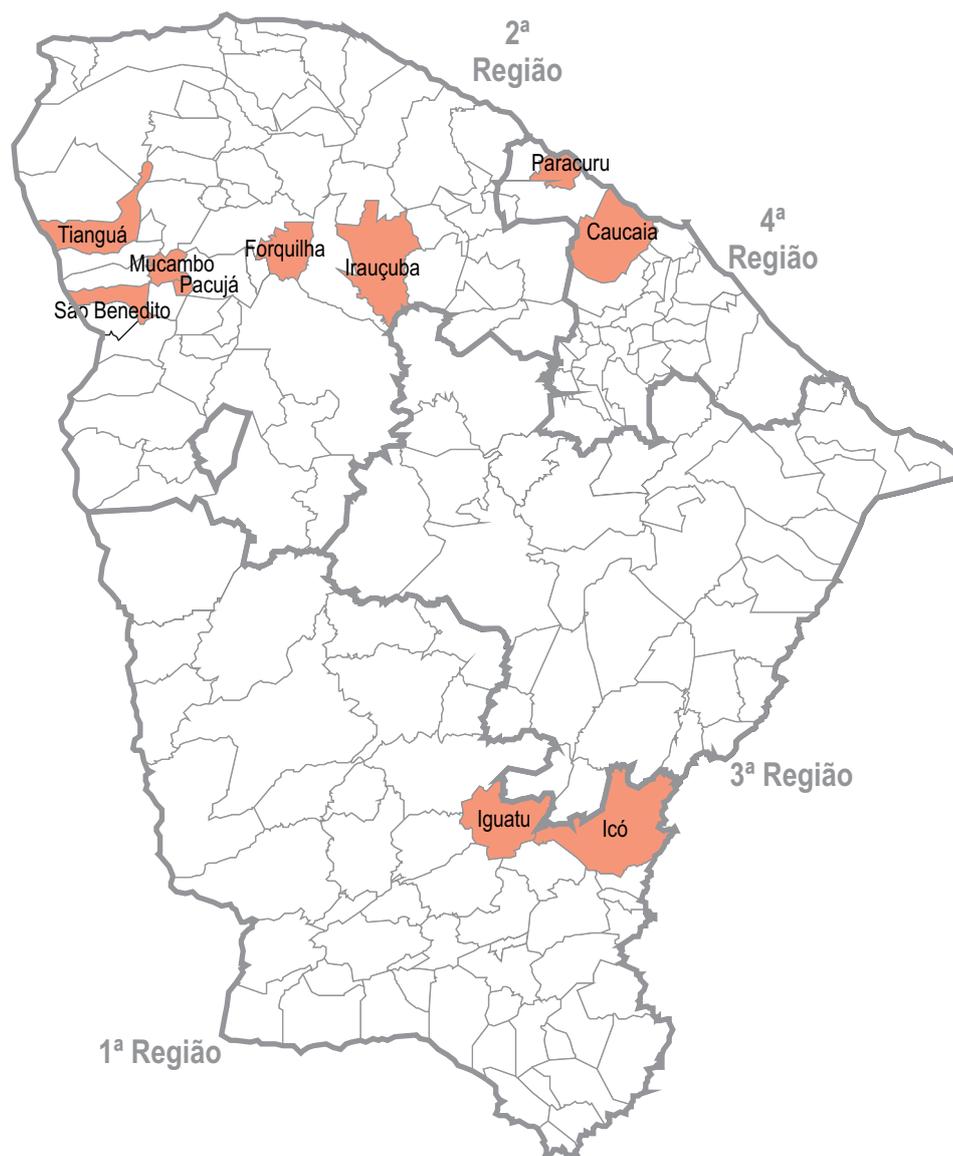
A inspeção em Caucaia continuou até o dia 16. Já de 26 a 30 de março a Corregedoria foi à comarca de Paracuru, onde realizou correição. Já a terceira etapa ocorreu em Sobral, que recebeu inspeção, de 09 a 13 de abril. A quarta etapa foi composta de inspeção em Tianguá, 23 e 24 de abril; correição em Mucambo/Pacujá, 25 e 26, e correição em Irauçuba, em 27 de abril.

Durante a quinta etapa desta primeira fase foram realizadas inspeções em Coreaú/Moraújo, dia 07 de maio; em Camocim, nos dias 08 e 09, e em Bela Cruz, 10 e 11 de maio. A sexta etapa constou de correições em Aurora, 21 e 22 de maio, e em Várzea Alegre, de 23 a 25 do mesmo mês. Na sétima etapa, de 11 a 15 de junho, houve correição em Iguatu. Por fim, foi realizada correição, de 25 a 29 de junho, na comarca de Icó, encerrando a oitava etapa.



Juvêncio Vasconcelos Viana, Procurador do Estado

Primeira Fase de Correções e Inspeções da Corregedoria



Cronograma das etapas da Primeira Fase

Etapa	Período	Comarcas	Tipo
1ª	12 a 16 de março	Caucaia	Inspeção
2ª	26 a 30 de março	Parauru	Correção Geral
3ª	23 e 24 de abril	Tianguá	Inspeção
	25 de abril	São Benedito	Inspeção
	26 de abril	Mucambo e Pacujá	Correção Geral
	27 de abril	Irauçuba e Forquilha	Inspeção
4ª	21 a 25 de maio	Icó	Correção Geral
5ª	25 a 29 de junho	Iguatu	Correção Geral

2ª FASE DO PROJETO JUSTIÇA PREVENTIVA

Estátua de Padre Cícero é o principal ponto turístico do Cariri.

**ABERTURA FOI REALIZADA NO TEATRO MUNICIPAL SALVIANO SARAIVA ARRAES,
NA COMARCA DO CRATO**



Simpósio reuniu desembargadores e outras autoridades no Crato

Corregedoria promove simpósio no Crato e reúne magistrados e operadores de Direito

Um total de 160 pessoas compareceu ao simpósio de abertura da segunda fase de Correções e Inspeções da Corregedoria Geral da Justiça, realizado, dia 20 de agosto de 2007, no Teatro Municipal Salviano Saraiva Arraes, no município do Crato, evento que é parte do projeto Justiça Preventiva – o novo papel da Corregedoria. A abertura dos trabalhos foi presidida pelo desembargador Fernando Luiz Ximenes Rocha, presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, que atendeu a convite do desembargador José Cláudio Nogueira Carneiro, corregedor Geral da Justiça. O evento contou com a presença dos desembargadores Rômulo Moreira de Deus, vice-presidente e diretor do Fórum Clóvis Beviláqua, e Ernani Barreira Porto, decano do Tribunal de Justiça e presidente da Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional do Ceará (Cejai), além de cerca de 30 juízes da região do Cariri e municípios adjacentes.

O desembargador Fernando Luiz Ximenes Rocha afirmou que a união das forças da magistratura com as demais instituições operadoras do direito e entidades da sociedade civil está permitindo a melhoria da prestação jurisdicional. “Não acredito no culto ao personalismo ou no messianismo. Acredito no trabalho em equipe”, disse. O Presidente parabenizou o corregedor Geral, desembargador José Cláudio, pela realização do projeto Corregedoria Preventiva, por reunir não somente magistrados, mas promotores de Justiça, defensores públicos, advogados e estudantes. “Isto é importante, é gratificante”, elogiou.

Estamos lidando com o bem principal da pessoa humana: ora com sua liberdade, ora com seu patrimônio, ora com sua honra”, observou o desembargador Fernando Ximenes ao ressaltar a importância do trabalho promovido pelos



Des. Ernani Barreira, Fernando Ximenes e José Cláudio

magistrados. Para ele, o juiz está cada vez mais consciente da dimensão do papel que desempenha. “Somente com juízes com capacitação intelectual e moral poderemos ter um judiciário eficiente”, disse.

O corregedor José Cláudio Nogueira Carneiro ressaltou as duas metas traçadas para sua gestão à frente da Corregedoria: prover a sociedade cearense de uma atuação diligente e imparcial, dentro das atribuições legais impostas, e desenvolver de forma eficiente o projeto Justiça Preventiva, que tem como uma das metas assistir todo o território do Estado. “Acredito que aqui está se iniciando uma discussão que vai nos levar realmente a perceber que existem caminhos abertos e que é neles que nós vamos trilhar”.

O Corregedor Geral destacou que o projeto Justiça Preventiva está desmistificando as atribuições da Corregedoria. “Estamos esclarecendo que as funções correicionais não têm cunho meramente fiscalizador e punitivo, mas, precipuamente, de auxílio e orientação aos magistrados, servidores, serventuários da Justiça e jurisdicionados”, relatou.

O desembargador Ernani Barreira Porto afirmou que o Poder Judiciário passa por um novo momento. “Tenho a convicção de que o Ceará começa a ditar a nova organização judiciária no Brasil”, disse, observando que o papel pedagógico

da Corregedoria é uma inovação nesse sentido. O magistrado lembrou que a responsabilidade pelo bom funcionamento da Justiça é de todos. “A Justiça só pode alcançar suas finalidades se nós nos irmanamos com a consciência de que somos responsáveis pelos êxitos e dificuldades do Judiciário Brasileiro”.

MAGISTRADA

A juíza Maria Lúcia Falcão Nascimento, diretora do Fórum da Comarca do Crato, apresentou relato

sobre a história e a importância econômica e cultural daquele município, ressaltando a participação dos mais diversos segmentos da sociedade civil engajados no bom desempenho da atividade jurisdicional, através do Conselho da Comunidade. “O papel do conselho é de vital importância para a recuperação do encarcerado e a minoração das tendências, quase sempre naturais, de uma possível reincidência”.

O compromisso da direção do Tribunal com o aprimoramento da Justiça foi outro tema lembrado pela Magistrada. “Nos deixa feliz saber que é preocupação da Corregedoria a capacitação do Poder Judiciário, promovendo simpósios com temas tão atuais e de tamanha importância”. Para ela, a informatização das comarcas do Interior e a reciclagem dos servidores são essenciais para o bom atendimento do jurisdicionado. “Aquele que busca o socorro da Justiça é porque não tem mais forças para resolver seus problemas e encontram-se, via de regra, necessitando de apoio moral”, disse.

O prefeito do Crato, Samuel Vilar de Alencar Araripe, agradeceu a escolha do município como sede dos trabalhos da Corregedoria. “Depois da Região Metropolitana de Fortaleza, Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha são o maior aglomerado urbano do Estado”, disse, ressaltando que os três municípios não podem ser vistos de

forma isolada. O prefeito destacou ainda os avanços promovidos pelo Judiciário, como a criação do Fermoju, do Ferc, a implantação das Secretarias de Vara nas comarcas do Interior e a visão pedagógica da Corregedoria. “Isso é importantíssimo para averiguarmos in loco como anda a nossa Justiça”, observou.

Após a abertura dos trabalhos, os desembargadores conheceram os prédios dos fóruns de Crato e de Juazeiro do Norte. Houve ainda reunião reservada, no Hotel Verdes Vales, em Juazeiro do Norte, com os magistrados da região, onde foram discutidos temas relevantes para a Justiça cearense e o bom andamento da prestação jurisdicional.

Além dos desembargadores, prestigiaram o evento os juizes Paulo de Tarso Pires Nogueira, presidente da Associação Cearense de Magistrados, e Haroldo Correia de Oliveira Máximo,



Auditório foi pequeno para comportar o grande número de pessoas

titular da Vara de Penas Alternativas do Fórum Clóvis Beviláqua e coordenador da Escola Superior da Magistratura Cearense. Estavam presentes também Francilene Gomes de Brito Bessa, presidente da Associação dos Defensores Públicos do Estado do Ceará, Raimundo Antônio de Macedo, prefeito de Juazeiro do Norte e Francisco Helder de Oliveira França, presidente da Câmara Municipal do Crato.

Palestras abordam temas atuais do Direito

A Lei nº 11.441, de 2007, que trata da realização de inventário, partilha, separação consensual e divórcio consensual por via administrativa, foi o assunto abordado na palestra do coordenador do Centro de Estudos da Anoreg – Ceará, Regnoberto Marques de Melo Júnior. A palestra abriu o Simpósio que deu início à segunda fase de Correições e Inspeções da Corregedoria, realizado, dia 20 de agosto, no Crato.

Para Regnoberto Marques, há diversos aspectos da Lei 11.441 que carecem de esclarecimentos, como a bipolarização das vias judiciais e extra-judiciais, a intertemporalidades, a legitimação subjetiva ativa geral e a liberdade do cidadão na escolha do tabelião de notas. Para Regnoberto Marques, a solução para este e outros impasses – a anomia, ou falta de leis específicas, e a gratuidade, que diz respeito também à fixação dos emolumentos – seria uma revisão da legislação

estadual.

O palestrante também fez amplo resgate da história do judiciário brasileiro e do processo de transformação social e jurídico nacional. Ele destacou os quatro desafios da Justiça: “O combate à morosidade; a garantia da transparência de suas ações administrativas e jurisdicionais; a defesa da moralidade da ética profissional; e o fortalecimento da fiscalização dos desvios de conduta”.

PROPORCIONALIDADE

“A única pena possível é aquela que se faça necessária, adequada, razoável e proporcional”. Foi o que destacou o professor Gustavo Octaviano Diniz Junqueira, defensor público do Estado São Paulo, durante a segunda palestra da tarde, que teve como tema o “Princípio

da Proporcionalidade no Processo Penal”. Para o professor, há três critérios para determinar uma pena: a necessidade de se diminuir o direito do outro, a adequação ou utilidade da pena e a proporcionalidade em si.

Gustavo Junqueira questionou o objetivo da pena, que não seria somente a ressocialização do criminoso, a intimidação da sociedade ou a realização de justiça em si. Na verdade, segundo ele, a finalidade da pena seria a Prevenção Geral Positiva, isto é, demonstrar a sociedade qual comportamento é normal e qual é anormal. “O que inibe a criminalidade não é o tamanho da pena, mas a certeza de sua aplicação”, declarou.

PROVA ORAL

“A Prova Oral em Mídia Digital” foi o tema da palestra do juiz Ezequias Silva Leite, titular da 2ª Vara de Sobral. Em sua explanação, o magistrado apresentou sua experiência na captação dos

depoimentos em áudio e vídeo digitais no Juizado Especial na comarca de Icó e na 2ª Vara de Sobral. “As testemunhas depõem de forma natural, o que muda é só a forma do registro”, explicou. Para ele, as principais vantagens estão na celeridade do procedimento, fidelidade do depoimento e na oralidade. “O papel pode expressar bem uma petição, uma decisão ou uma sentença, mas é muito pobre para expressar o depoimento de uma pessoa”, ressaltou.

A prova oral, segundo ele, serve para que o magistrado possa, no momento de julgar, resgatar tudo o que foi dito nos depoimentos ao longo do processo. Isto se aplica principalmente nos casos em que houver substituição do juiz e no caso de recurso ao segundo grau. Ezequias Silva Leite apontou ainda a legalidade da nova tecnologia. “A prova é lícita, não ofende o devido processo legal, não gera prejuízo para as partes e realça os princípios constitucionais no processo, como a ampla defesa”, defendeu.

Cronograma da Segunda Fase de Correições e Inspeções			
Etapa	Período	Comarcas	Tipo
1ª	20 e 21 de agosto	Juazeiro do Norte	Visita Inspeccional
	22 de agosto	Barbalha	Inspeção
	23 e 24 de agosto	Brejo Santo	Inspeção
2ª	17 e 18 de setembro	Aurora	Correição Geral
	19 de setembro	Várzea Alegre	Inspeção
	20 de setembro	Lavras da Mangabeira	Inspeção
	21 de setembro	Baixio e Umari	Inspeção
3ª	15 de outubro	Acopiara	Inspeção
	16 de outubro	Jucás e Cariús	Inspeção
	17 de outubro	Mombaça e Piquet Carneiro	Inspeção
	18 e 19 de outubro	Senador Pompeu	Inspeção
4ª	19 e 20 de novembro	Nova Russas	Inspeção
	21 de novembro	Novo Oriente, Independência e Quiterianópolis	Inspeção
	22 e 23 de novembro	Tauá e Parambu	Inspeção
5ª	10 e 11 de dezembro	Cascavel	Inspeção
	12 de dezembro	Palmácia, Pacoti e Guaramiranga	Inspeção
	13 e 14 de dezembro	Redenção, Barreiras e Acarape	Inspeção

Segunda Fase de Correções e Inspeções da Corregedoria



3ª FASE DO PROJETO JUSTIÇA PREVENTIVA

Arco do Triunfo (Nossa Senhora de Fátima) e cartão postal de Sobral.

**ABERTURA FOI REALIZADA NO FÓRUM DR. JOSÉ SABÓIA DE ALBUQUERQUE,
NA COMARCA DE SOBRAL**

Ministro César Asfor abre terceira fase de correições

“O problema da morosidade da Justiça não é, como muitos equivocadamente pensam, um problema brasileiro, mas sim mundial. A Justiça é lenta não só no Brasil, mais em países desenvolvidos, como nos Estados Unidos e nos países ricos europeus”. A

afirmação é do ministro César Asfor Rocha, do Superior Tribunal de Justiça, e corregedor Nacional de Justiça, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ao abrir o Projeto Justiça Preventiva – O Novo Papel da Corregedoria, que deu início, em Sobral, dia 25 de fevereiro, a Terceira Fase de Correições e Inspeções da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará.

Para um público formado por desembargadores, juízes, procuradores da Justiça, defensores públicos, advogados e demais operadores do direito, estudantes de direito e serventários da Justiça que lotaram o auditório do Fórum Dr. José Sabóia de Albuquerque, na comarca de Sobral, o Ministro do STJ defendeu a criação do Conselho Nacional da Justiça, fez um relato de sua implantação em outros países e,



Composição da mesa na solenidade de abertura

evidentemente, no Brasil, bem como da resistência inicial da maioria do Judiciário à proposta, comportamento este também verificado na França, Itália, Portugal, dentre outros.

Sobre as causas da morosidade, o ministro César Asfor disse que o problema é o mais grave

do Judiciário, pois existe dificuldade em imprimir celeridade nos processos, já que há um conflito permanente entre dois grandes princípios, que são antagônicos, já que não se ajustam: a celeridade processual e da segurança jurídica. De 1964 a 1988, a celeridade – observou o Corregedor Nacional de Justiça – foi mais prestigiada, ficando o princípio da segurança jurídica relegado ao segundo plano. Com a Constituição Federal de 1988, houve uma inversão. Atualmente, a palavra chave é flexibilização, objetivando dar maior celeridade aos processos.

O CNJ – observou o Ministro – foi criado (Emenda 45, de dezembro de 2004), basicamente, para enveredar por dois caminhos: disciplinar e o da gestão judiciária, sem esquecer, no entanto, o caráter orientador, educativo. “A grande maioria dos magistrados é composta por homens e

mulheres, juízes e juízas, honrados, mas há uma pequena parcela com desvio de conduta. As corregedorias, na suas formas tradicionais, não vinham eliminando tais desvios. Não correspondiam as expectativas” – frisou, observando que a Corregedoria Nacional da Justiça foi criada para dar maior viés de atuação, no tocante a questão disciplinar.

O Ministro e Corregedor Nacional de Justiça ressaltou que a criação do CNJ veio



Ministro César Asfor, des. Fernando Ximenes e Leônidas Cristino, Prefeito de Sobral

Oferecer uma maior gestão para o Judiciário, “já que não somos, os magistrados, isso em qualquer país, vocacionados para gerenciar a nossa atividade, porque, quando muito, somos voltados para julgar”.

Dentre as autoridades que prestigiaram a abertura da Terceira Fase de Correições e Inspeções da Corregedoria Geral da Justiça o

presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, desembargador Fernando Luiz Ximenes Rocha; o desembargador Ademar Mendes Bezerra; a procuradora Geral de Justiça do Estado, Socorro França; o secretário de Segurança e Defesa Social do Estado, Roberto das Chagas Monteiro, o juiz diretor do Fórum da comarca de Sobral, Marcelo Roseno.

Novos projetos são anunciados por César Asfor

O corregedor Nacional de Justiça, ministro Cesar Asfor Rocha, aproveitou a oportunidade da palestra no Fórum de Sobral para anunciar o lançamento de três projetos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que aconteceu, dia 28 de fevereiro, em Brasília. Os projetos visam ao monitoramento do Judiciário e estão relacionados ao lançamento do Sistema de Cadastro e Acompanhamento da Produtividade dos Magistrados de 1º Grau dos Tribunais de Justiça estaduais.

O sistema contará com informações sobre todas as varas existentes no Brasil e seus respectivos processos. “Sabemos com exatidão quantos processos existem hoje no Brasil. Estimamos que atualmente, no país, existam cerca de 65 milhões de processos em andamento e que, a cada ano, pelo menos em 2006, teriam ingressado 20 milhões de processos”, informou o Ministro.

O projeto possibilitará o cruzamento das informações geradas sobre as varas e os processos, tecnologia desenvolvida pelos próprios técnicos da Corregedoria Nacional. Através do cruzamento dos dados, “poderemos saber qual o ranking de juizes que mais julgaram naquele mês, por exemplo. Isso possibilita saber como estamos atuando”. As corregedorias dos Tribunais –

magistrado, no caso, por exemplo, de promoção ou remoção.

Os outros dois projetos são sobre os rendimentos dos cartórios de todo o Brasil e informações sobre a população carcerária nacional. Como afirmou o ministro Cesar Asfor, “essas informações (sobre os cartórios) não serão divulgadas, mas sim utilizadas apenas para

estabelecer uma gestão melhor para os cartórios”. Ainda segundo o Ministro, o CNJ já conta com 85 por cento das informações sobre os cartórios, já estando cadastrados 100 por cento dos cartórios do Brasil.

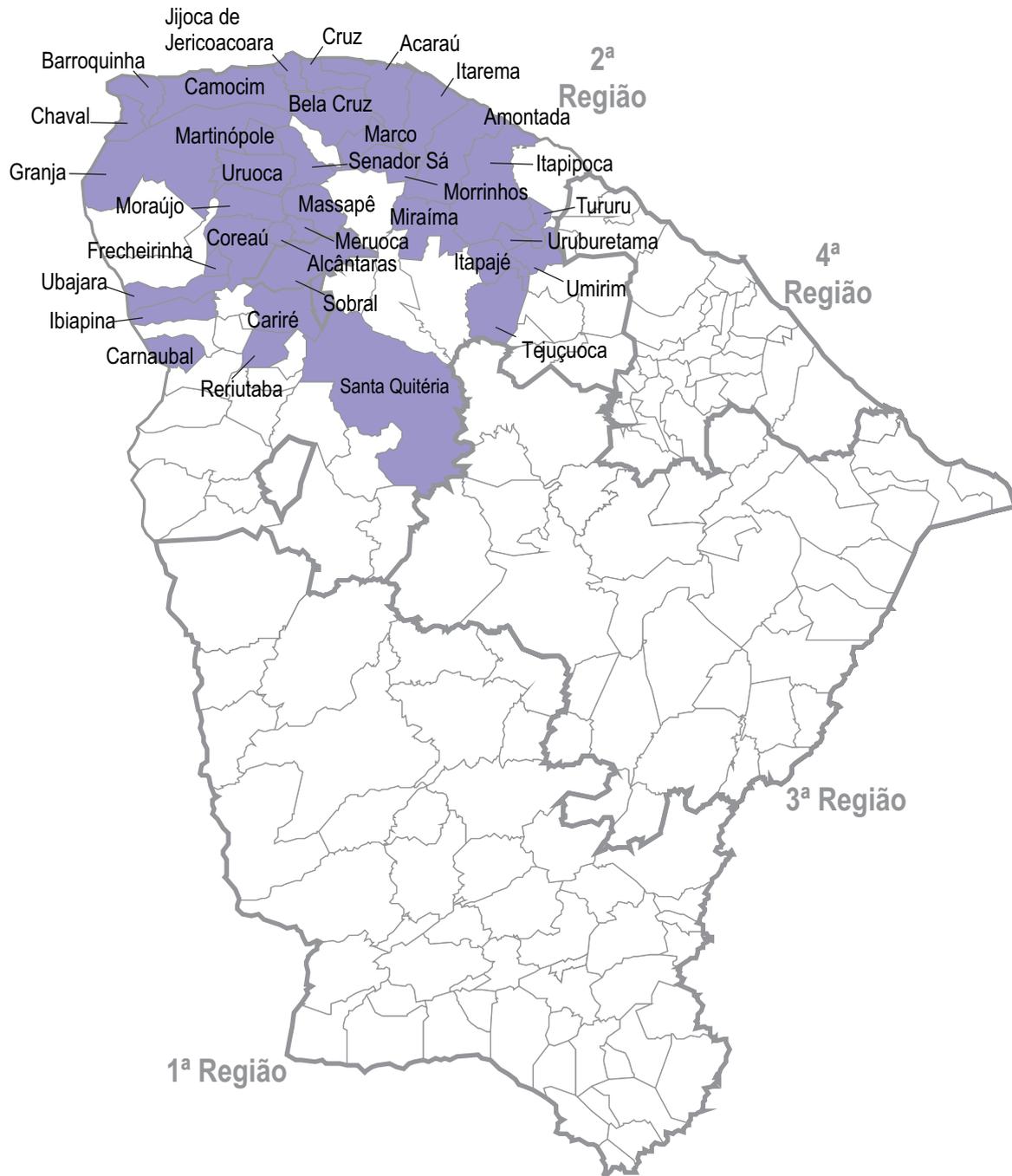
Com relação aos dados sobre os presídios brasileiros, o Corregedor Nacional da Justiça adiantou que

essas informações serão detalhadas. “Nós temos os dados sobre a população carcerária do Brasil, mas não estão esmiuçados e não temos um sistema comparativo, que possibilite que melhores medidas sejam tomadas”. A expectativa é de que o sistema seja integralmente implantado até o final deste semestre. “Isso será disponibilizado para todos os cidadãos, não é só para os magistrados, evidentemente que só as informações não sigilosas”- completou.



Ministro César Asfor do STJ

Terceira Fase de Correções e Inspeções da Corregedoria



4ª FASE DO PROJETO JUSTIÇA PREVENTIVA

Açude Cedro, ao fundo a Galinha choca, é cartão postal de Quixadá.

**ABERTURA FOI REALIZADA NO FÓRUM DESEMBARGADOR AVELAR ROCHA,
NA COMARCA DE QUIXADÁ**

Palestras e auditório lotado marcam nova fase de correições aberta na comarca de Quixadá

Com a participação maciça de magistrados da região central do Ceará; de promotores, defensores públicos, advogados, cartorários e demais operadores do direito; de representantes do executivo municipal, da Igreja e de estudantes de Direito, que lotaram o auditório do Fórum Desembargador Avelar Rocha, da comarca de Quixadá, foi aberta, no dia 25 de agosto de 2008, a quarta e última fase de inspeções e correições com a realização do Projeto Justiça Preventiva – O Novo Papel da Corregedoria.

Programadas pela atual gestão da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, biênio 2007/2009, que tem a frente o desembargador José Cláudio Nogueira Carneiro, a nova fase, dividida em três etapas, realizou correições, até outubro deste ano, em nove comarcas: Quixadá (25 a 29 de agosto); Tabuleiro do Norte e São João do Jaguaribe (15/09); Limoeiro do Norte (16 e 17/09); Morada Nova (18 e 19/09); Baturité (13/10); Pacatuba (14/10); Chorozinho (15/10); Maranguape (16 a 17/10) e Ipaporanga, cuja data ainda não foi definida.

Duas palestras integraram o Projeto Justiça Preventiva – O Novo Papel da Corregedoria. A primeira foi sobre o tema As Reformas no Código de Processo Penal – Lei 11.719/08, com a professora da Escola Superior de Magistratura do Ceará (ESMEC), da Faculdade Christus e do Curso Jorge Hélio, Ana Karine de Albuquerque Alves. A nova Lei, sancionada, dia 20 de junho, pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva alterou o Código de Processo Penal



Abertura da Quarta e última fase de correições em Quixadá



Autoridades do judiciário cearense e comunidade compareceram ao evento

(em vigor desde 1941) relativo à sucessão do processo e aos procedimentos.

A nova lei determina as seguintes mudanças: que a instrução e o julgamento do processo sejam feitos em uma só audiência; fixa que o mesmo juiz que ouviu as testemunhas e recebeu as provas deve proferir a sentença; a Justiça será liberada no caso da absolvição sumária e se o magistrado perceber que o caso é de legítima defesa ou que o réu foi coagido de forma insuportável a cometer o ato, poderá absolvê-lo sumariamente. Para a professora Ana Karine, as mudanças são apenas pontuais e é necessária a sua adequação à ordem constitucional, bem como a obrigação de serem aplicadas a todos os procedimentos penais,

inclusive aqueles que são disciplinados em legislação especial.

A segunda palestra, sobre Propaganda Eleitoral, foi do juiz da 22ª Vara Cível da comarca de Fortaleza e coordenador da Propaganda Eleitoral de Fortaleza, Emanuel Leite Albuquerque, que fez um breve resumo sobre a história propaganda eleitoral e política no Brasil, citou a lei nº 9.504/97, enfatizando o artigo 41, que trata da questão do abuso econômico (compra de votos) e procedimentos processuais que resultam em tais ações. Propaganda em muros, paredes, painéis em



Composição da mesa durante solenidade em Quixadá

comitês, bem como horário eleitoral gratuito na televisão e no rádio foram outros assuntos abordados.

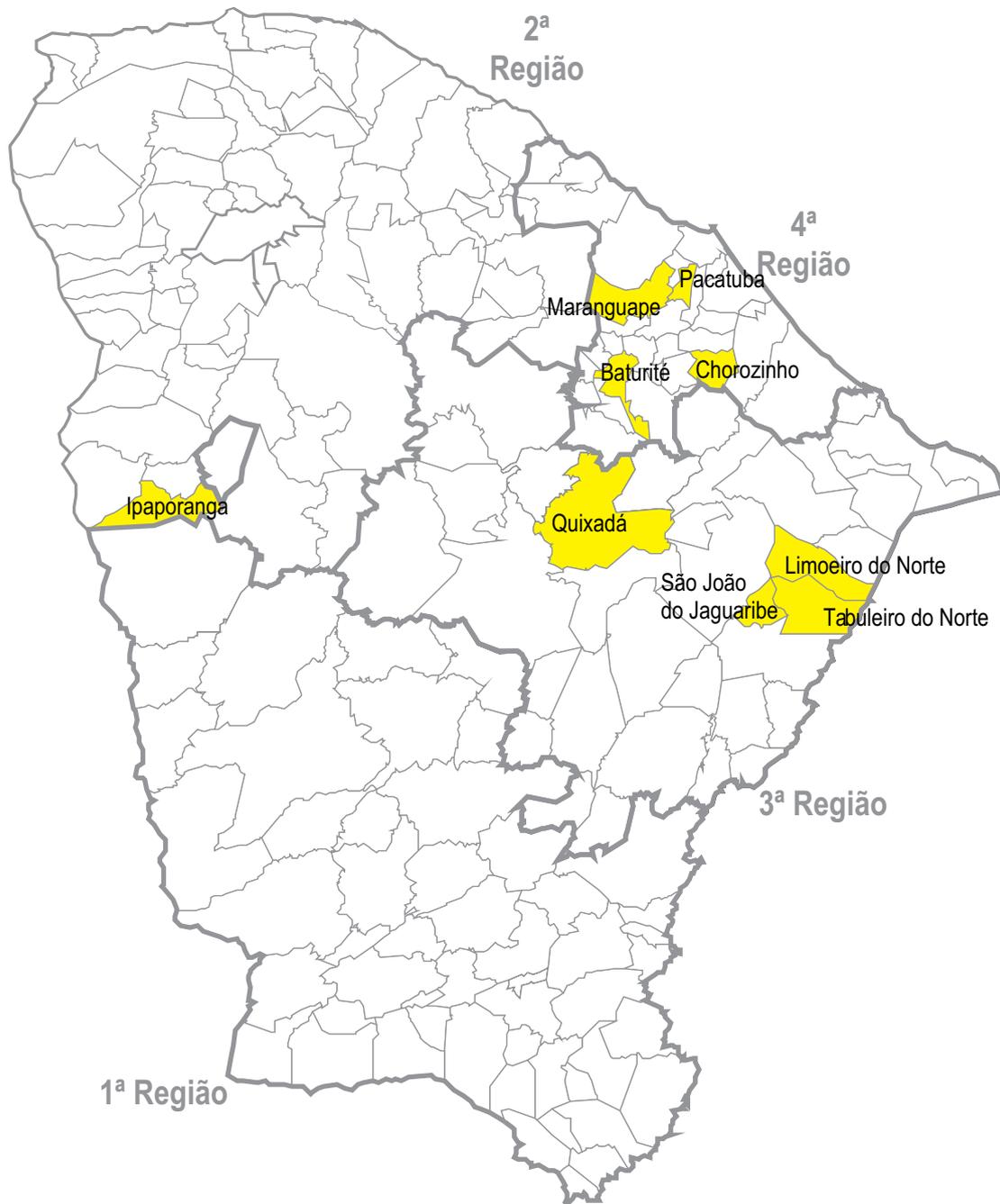
Por ocasião da solenidade de abertura da quarta fase de Correições e Inspeções, a mesa, presidida pelo desembargador José Cláudio Nogueira Carneira, foi composta pelo o juiz da 2ª Vara da Comarca de Quixadá e diretor do Fórum Desembargador Avelar Rocha, Flávio Luis Peixoto Marques; do Bispo da Diocese de Quixadá, Dom Angelo Pignoli; do prefeito de Quixadá, José Ilário Gonçalves Marques; da promotora pública desta Comarca, Ana Karine Serra Leopércio; da magistrada do Juizado Especial Cível e Criminal de Quixadá, Ijoziana Cavalcante Serpa, e do Presidente da Associação dos Magistrados, Paulo de Tarso Pires Nogueira.

As inspeções e correições foram realizadas pelos quatro juízes Corregedores-Auxiliares Antônio Pádua Silva; Ireylande Prudente Saraiva; José Tarcílio Souza da Silva e Hortênsio Augusto Pires Nogueira; pelos auditores Cláudia Nadir de Andrade Medeiros e Araken Sedrim de Aguiar Neto, além de servidores do Judiciário lotados na Corregedoria.

Cronograma da Quarta Fase de Correições e Inspeções

Etapa	Período	Comarcas	Tipo
1ª	7 de agosto	Ipaporanga	Inspeção
	25 a 29 de agosto	Quixadá	Inspeção
2ª	15 de setembro	Tabuleiro do Norte e São João do Jaguaribe	Inspeção
	16 e 17 de setembro	Limoeiro do Norte	Inspeção
3ª	13 de outubro	Baturité	Inspeção
	14 de outubro	Pacatuba	Inspeção
	15 de outubro	Chorozinho	Inspeção
	16 e 17 de outubro	Maranguape	Inspeção

Quarta Fase de Correções e Inspeções da Corregedoria



Balanço dos corregedores auxiliares indica que foram realizadas inspeções e correições em 85 comarcas

Instituído o programa de Justiça Preventiva - O Novo Papel da Corregedoria - Gestão 2007/2009, foram realizadas inspeções e correições em 85 (oitenta e cinco) Comarcas, distribuídas em fases de correições e inspeções, conforme programação anexa.

Cada fase iniciou-se com a realização de encontros com os Juízes, servidores e cartorários integrantes de cada região, quando foram proferidas palestras sobre temas voltados às atividades judiciárias, visando sempre a melhoria da prestação jurisdicional.

Por ocasião dos encontros, foi notada a participação dos Juízes e servidores, quando se mostraram motivados e assimilaram as orientações ministradas e os objetivos traçados pela Corregedoria. Na mesma ocasião tiveram a oportunidade de apresentar as dificuldades sentidas, sugestões e críticas a serem levadas ao conhecimento da Corregedoria e Presidência do Tribunal de Justiça.

No curso das atividades inspeccionais e correicionais, após a verificação do acervo



Corregedores auxiliares Tarcílio, Hortênsio, Ireylande e Antônio Pádua

processual, inclusive, livros de registro de audiências e de sentenças, carga de autos e outros, sempre foi mantido contato mais reservado com os Juízes titulares das Unidades Judiciárias, quando foram pontuadas as peculiaridades de cada uma, e sobre elas foram dadas as orientações pertinentes, visando solucionar as deficiências encontradas, notadamente aquelas atreladas ao retardamento da prestação jurisdicional.

Percebeu-se que a atividade assim implementada pela Corregedoria refletiu de forma bastante positiva no desenvolvimento regular das atividades judiciárias, na medida em que os Magistrados demonstravam satisfação com a presença efetiva deste Órgão Correicional, a ponto de sanarem os problemas detectados, com comunicação no menor lapso temporal das providências adotadas.

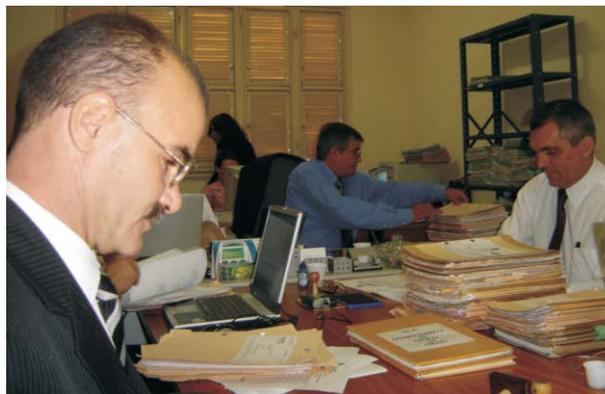
Observou-se, também, que as atividades correicionais realizadas iam repercutindo sobremodo nas Comarcas que, gradativamente, iam sendo alcançadas pelo Projeto Justiça Preventiva – O Novo Papel Corregedoria, quando se constatava a celeridade e regularidade na movimentação processual, notadamente no tocante ao cumprimento de cartas precatórias e de prazos processuais relativos aos acusados presos.



Corregedor auxiliar José Tarcílio

Quando, em decorrência das correções e inspeções, eram detectadas atipicidades na tramitação processual, notadamente por falta de celeridade, impondo prejuízo a prestação jurisdicional, foram elaborados relatórios e encaminhados ao Conselho da Magistratura, para adoção das medidas cabíveis no âmbito de sua competência. Assim, o Projeto Justiça Preventiva, atuando de acordo com as atribuições dispostas nos artigos 14, 28 (atividade disciplinar) e 29 (atividade pedagógica), do Regimento Interno da Corregedoria Geral da Justiça.

Assim, no curso do biênio foram realizadas pelos Juizes Corregedores, sob a supervisão do Corregedor Geral, Correções e Inspeções em diversas Unidades Judiciárias interioranas, atingindo um total 85 (oitenta e cinco), conforme



Juizes corregedores auxiliares realizam inspeções

tabelas abaixo, sendo de rigor ressaltar que todos os relatórios respectivos foram encaminhados ao Conselho da Magistratura, sem prejuízo da adoção imediata de providências da alçada da Corregedoria, consideradas urgentes:

Inspeções e Correções realizadas em 2007			
Portaria nº	Comarca	Procedimento	Realização
38/2007	Aurora	Correção Geral	17 e 18 de novembro
09/2007	Mocambo	Correção Geral	25 e 26 de abril
10/2007	Pacujá	Correção Geral	25 e 26 de abril
11/2007	Irauçuba	Correção Geral	27 de abril
20/2007	Icó	Correção Geral	21 a 25 de maio
22/2007	Iguatu	Correção Geral	25 a 29 de junho
03/2007	Paracuru	Correção Geral	26 a 30 de março
04/2007	Caucaia	Inspeção	12 a 16 de março
08/2007	Tianguá	Inspeção	23 e 24 de abril
15/2007	São Benedito	Inspeção	25 de abril
16/2007	Forquilha	Inspeção	27 de abril
28/2007	Juazeiro do Norte	Visita Inspeccional	20 e 21 de agosto
28/2007	Barbalha	Inspeção	22 de agosto
28/2007	Brejo Santo	Inspeção	23 e 24 de agosto
28/2007	Várzea Alegre	Inspeção	19 de setembro
28/2007	Lavras da Mangabeira	Inspeção	20 de setembro
28/2007	Baixio e Umari	Inspeção	21 de setembro
28/2007	Acopiara	Inspeção	15 de outubro
28/2007	Mombaça e Piquet Carneiro	Inspeção	17 de outubro
28/2007	Senador Pompeu	Inspeção	18 e 19 de outubro
28/2007	Nova Russas	Inspeção	22 e 23 de novembro
28/2007	Novo Oriente, Independência e Quiterianópolis	Inspeção	21 de novembro
28/2007	Tauá e Parambu	Inspeção	19 e 20 de novembro
28/2007	Cascavel	Inspeção	10 e 11 de dezembro
28/2007	Palmácia, Pacoti e Guaramiranga	Inspeção	12 de dezembro
28/2007	Redenção, Barreira e Acarape	Inspeção	13 e 14 de dezembro
31/2007	Pindoretama	Correção Geral	13 e 14 de agosto
43/2007	Jucás	Inspeção	16 de outubro
46/2007	Cariús	Inspeção	16 de outubro

Inspeções e Correções realizadas em 2008

Portaria nº	Comarca	Procedimento	Realização
05/2008	Sobral	Inspeção	25 a 29 de fevereiro
06/2008	Cruz	Correção Geral	24 e 25 de março
07/2008	Jijoca de Jericoacoara	Correção Geral	24 e 25 de março
08/2008	Acaraú	Inspeção	26 de março
10/2008	Bela Cruz	Inspeção	27 de março
11/2008	Itarema	Inspeção	27 de março
12/2008	Marco	Inspeção	28 de março
13/2008	Morrinhos	Inspeção	28 de março
15/2008	Camocim	Inspeção	14 e 15 de abril
16/2008	Barroquinha	Inspeção	14 e 15 de abril
17/2008	Chaval	Inspeção	14 e 15 de abril
18/2008	Granja	Inspeção	16 de abril
19/2008	Martinópolis	Inspeção	16 de abril
20/2008	Uruoca	Inspeção	16 de abril
21/2008	Massapê	Inspeção	17 de abril
22/2008	Senador Sá	Inspeção	17 de abril
23/2008	Groaíras	Inspeção	18 de abril
24/2008	Cariré	Inspeção	18 de abril
28/2008	Cartório do 1º Ofício da Comarca de Paramoti	Inspeção	--
31/2008	Santa Quitéria	Inspeção	12 de maio
47/2008	Tejuçuoca e Itapajé	Inspeção	19 e 20 de junho
48/2008	Meruoca	Inspeção	16 de maio
51/2008	Icó	Inspeção	21 a 25 de maio
56/2008	Quixadá	Inspeção	25 a 29 de agosto
59/2008	Ipaporanga	Inspeção	07 e 08 de agosto
60/2008	2ª Vara da Comarca de Maracanaú	Inspeção	11, 12 e 30 de setembro
61/2008	Tabuleiro do Norte	Inspeção	15 de setembro
62/2008	São João do Jaguaribe	Inspeção	19 de setembro
68/2008	Maranguape	Inspeção	16 e 17 de outubro
69/2008	Limoeiro do Norte	Inspeção	16 a 19 de setembro
55/2008	Baturité	Inspeção	25 a 29 de agosto
55/2008	Pacatuba	Inspeção	14 de outubro
55/2008	Chorozinho	Inspeção	15 de outubro
04/2008	Reriutaba e Carnaubal	Inspeção	13 de maio
04/2008	Ubajara e Ibiapina	Inspeção	14 de maio
04/2008	Coreaú, Moraújo e Frecheirinha	Inspeção	15 de maio
04/2008	Amontada e Miraíma	Inspeção	16 de junho
04/2008	Itapipoca	Inspeção	17 de junho
04/2008	Uruburetama e Tururu	Inspeção	18 de junho

Mais de mil pareceres foram emitidos

Em dois anos foram emitidos pelos juízes Corregedores Auxiliares 1.042 pareceres em procedimentos administrativos (pedidos de providência, reclamações, denúncias, representações, sindicâncias, consultas, e outras diligências, envolvendo magistrados de 1º grau, funcionários, serventuários judiciários e extra judiciários, instruindo-os e emitindo pareceres

conclusivos, alguns com sugestão de remessa ao Tribunal de Justiça do Estado do Ceará para abertura de processo administrativo disciplinar. Tal atividade foi desenvolvida conforme o complexo das atribuições que lhes são conferidas no art. 15, do Regimento Interno da Corregedoria Geral da Justiça.

Pareceres Emitidos em Procedimentos Administrativos Diversos

(Sindicâncias, Denúncias, representações, reclamações, pedidos de providência, informações diligências diversas)*

Juiz Corregedor Auxiliar	Pareceres
Antônio Pádua Silva	281
José Tarcílio Souza da Silva	262
Ireylande Prudente Saraiva	255
Hortênsio Augusto Pires Nogueira	234
Total	1.042

Concomitante com as atividades originárias, conforme resumo acima, a Corregedoria Geral da Justiça vem atuando como elo de ligação do Conselho Nacional de Justiça e respectiva Corregedoria, nos aspectos de fiscalização e orientação da atividade judicante do primeiro grau, especialmente no controle da

transmissão de dados por meio eletrônico relativos aos seguinte programas desenvolvidos:

■ Sistema de Informação da Corregedoria Nacional da Justiça, recurso utilizado para repasse dos seguintes dados:

- Dados pessoais dos magistrados, tais como endereço e informação de alguma atividade incompatível com a magistratura;
- 100 processos mais antigos em tramita em 1º Grau.

- Dados estatísticos referentes à produtividade dos magistrados.
- Informações sobre serventias extrajudiciais.

■ Informações decorrentes da Resolução nº 47 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ:

- Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais (Penitenciárias, Presídios, Cadeias, Delegacias, Hospitais Psiquiátricos etc), destinado a verificar as instalações físicas, bem como a população carcerária existente



Desembargador José Cláudio visita comarca

em cada comarca, por parte dos Juizes com competência de execução criminal
 - Instalação do Conselho da Comunidade no âmbito das comarcas do interior do estado do Ceará, assim como previsto no art. 80 da Lei nº 7.210 - Lei de Execuções Penais.

■ Informações referentes à resolução nº 54 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ estabelecendo um cadastro nacional único de adoção, onde são cadastrados os pretendentes à adoção e as crianças aptas a serem adotadas.
 ■ Monitoramento mensal da quantidade de interceptações (Telefônicas, Telemáticas e de

Informática) deferidas por Juizes criminais, como disposto na Resolução nº 59 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ.

■ Coordenação no âmbito das Comarcas do Interior do Estado, das Campanhas deflagradas pelo Conselho Nacional de Justiça, a saber:
 - Semana Nacional da Conciliação no período de 03 a 08 dezembro/2007 cujo resultado propiciou ao Poder Judiciário do Ceará galgar primeiro lugar a nível nacional, em números de audiências de conciliação realizada e de acordos efetivados, conforme planilha abaixo.

Semana da Conciliação - Andamento das audiências 2008			
Processos agendados	Capital	Interior	Estado do Ceará
Qtde de audiências cíveis	17.794	13.567	31.361
Qtde de audiências crime	171	1.868	2.039
Processos de natureza CÍVEL			
Qtde de audiências realizadas	8.693	9.452	18.145
Qtde de acordos	3.350	5.508	8.858
Processos de natureza CRIME			
Qtde de audiências realizadas	105	1.295	1.400
Qtde de acordos	68	996	1.064
Total geral de processos			
Qtde de audiências realizadas	8.798	10.747	19.545
Qtde de acordos	3.418	6.504	9.922
Percentual de acordos	38.85%	60.52%	50.76%

*Matéria específica sobre conciliação você confere nas páginas 59, 60, 61 e 62.

Como se pode observar da planilha abaixo, as comarcas do interior superaram, em

termos de audiências efetivamente realizadas e acordos obtidos, as varas da comarca da Capital.

Processos de natureza CÍVEL	Capital	Interior	Estado do Ceará
Qtde de audiências realizadas	7.741	13.673	21.414
Qtde de acordos	2.566	8.218	10.784
Processos de natureza CRIME			
Qtde de audiências realizadas	0	1.381	1.381
Qtde de acordos	0	1.025	1.025
Total geral de processos			
Qtde de audiências realizadas	7.741	15.054	22.795
Qtde de acordos	2.566	9.243	11.809
Percentual de acordos	33,15%	61,40%	51,81%

Cartórios da Comarca de Fortaleza

Faixa etária / Serventia	0 a 12 anos	12 a 18 anos	acima de 18 anos
Cartório da 1ª Zona - João de Deus	437	0	0
Cartório da 2ª Zona - Jereissate	312	2	1
Cartório da 3ª Zona - Cysne	245	1	0
Cartório da 4ª Zona - Norões Milfont	599	0	4
Cartório da 5ª Zona - Botelho	266	4	11
Cartório da 6ª Zona - Cavalcante Filho	691	4	1
Cartório do Mondubim	206	1	0
Cartório do Mucuripe	136	0	0
Cartório de Messejana	418	0	4
Cartório de Antônio Bezerra	882	0	3
TOTAL	4.192	12	24

Comarcas do Interior

Faixa etária / Serventia	0 a 12 anos	12 a 18 anos	acima de 18 anos
Acaraú	64	16	15
Acopiara	47	5	22
Aiuaba	10	0	2
Alcântaras	14	1	1
Alto Santo	6	0	0
Amontada	51	0	3
Antonina do Norte	12	0	0
Aracoiaba	16	0	0
Ararendá	3	0	1
Araripe	49	0	2
Aratuba	24	3	3
Assaré	43	0	1
Baixio	6	0	0
Bela Cruz	41	2	8
Boa Viagem	86	12	2
Camocim	71	2	0
Canindé	131	12	5
Capistrano	36	1	0
Caridade	33	0	0
Cariré	2	1	0
Caririaçu	40	0	0
Cariús	36	0	0
Catarina	35	4	2
Caucaia	128	1	2
Cedro	41	1	1
Chaval	18	0	1
Chorozinho	6	0	0
Crato	185	3	1
Croata	10	0	2
Cruz	16	0	0
Ererê	1	0	0
Eusébio	99	0	1
Farias Brito	0	0	0
Forquilha	38	0	0
Fortim	19	1	1
Frecheirinha	8	0	0

Graça	30	0	0
Granjeiro	16	0	0
Groaíras	17	0	0
Guaiuba	33	5	7
Guaraciaba do Norte	31	4	14
Hidrolândia	26	1	3
Horizonte	62	3	16
Ibaretama	21	1	5
Icapuí	13	0	0
Icó	81	3	7
Iguatu	121	4	2
Ipaporanga	2	0	2
Ipaumirim	18	1	1
Iracema	12	0	0
Irauçuba	54	3	3
Itaiçaba	10	0	0
Itaitinga	0	0	0
Itapiúna	29	0	1
Jaguaribe	11	1	0
Jaguauana	44	0	0
Jardim	43	0	0
Jati	9	0	0
Juazeiro do Norte	335	0	1
Madalena	16	0	0
Maracanaú	152	4	9
Maranguape	120	5	11
Marco	48	1	2
Massapê	3	0	0
Meruoca	25	1	1
Miraíma	11	0	0
Missão Velha	11	0	1
Mocambo	37	0	0
Monsenhor Tabosa	18	0	0
Morada Nova	59	3	5
Morrinhos	30	0	0
Mulungu	27	0	0
Nova Russas	24	1	1
Ocara	31	5	0

Pacajús	80	3	24
Pacoti	12	0	0
Pacujá	7	0	0
Paracuru	44	0	1
Paraipaba	50	4	14
Pedra Branca	62	7	8
Pentecoste	37	0	0
Pereiro	20	0	0
Pindoretama	40	2	4
Poranga	7	0	0
Porteiras	22	0	1
Potengi	20	0	1
Quixadá	205	11	53
Quixelô	13	5	0
Russas	99	1	15
Saboeiro	22	0	0
Santa Quitéria	1	0	0
Santana do Acaraú	66	5	4
São Benedito	81	3	1
Senador Pompeu	26	2	6
Sobral	102	1	2
Solonópole	43	0	1
Tarrafas	11	0	0
Tauá	88	6	9
Tejuococa	6	0	0
Tianguá	79	3	6
Umirim	47	0	2
Uruburetama	27	1	0
Viçosa do Ceará	92	3	2
Total:	4.464	168	312

Relatório geral / Faixa etária	
1ª Semana	
00 - 12 anos	2.017
12 a 18 anos	33
Acima de 18 anos	72
2ª Semana	
00 - 12 anos	1.747
12 a 18 anos	27
Acima de 18 anos	52
3ª Semana	
00 - 12 anos	1.768
12 a 18 anos	30
Acima de 18 anos	61
4ª Semana	
00 - 12 anos	1.549
12 a 18 anos	37
Acima de 18 anos	46
5ª Semana	
00 - 12 anos	1.648
12 a 18 anos	53
Acima de 18 anos	105
Total geral	
00 - 12 anos	8.656
12 a 18 anos	180
Acima de 18 anos	336

Por fim, deve-se destacar que os Sistemas e Campanhas acima mencionados são diária e mensalmente monitorados por parte desta

Corregedoria, a cargo dos Juízes Corregedores Auxiliares, com auxílio de um servidor especialmente lotado para tal finalidade.

Ações viabilizam planejamento do Tribunal

CADASTRAMENTO DAS SERVENTIAS

com sua equipe acerca das Inspeções realizadas no interior do estado do Ceará, resultou em balanço positivo, com regularização da situação de algumas Serventias que estavam inadimplentes com o Fermoju por anos seguidos, resultando no incremento de cerca de 29% na evolução da arrecadação de 2007 a 2008.

A atuação foi

Através da análise de minuta oriunda do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, através do Fermoju, que gerou Informações nº 082/2007, com sugestão de algumas alterações e Informação nº 102/2007, com sugestão da Auditoria pela anuência do Eminente Corregedor.

Fiscalização eleva arrecadação do Fermoju em 29 por cento em dois anos



Reunião da auditoria com equipe do Fermoju

Com vistas à implementação da principal meta estabelecida pelo desembargador José Cláudio Nogueira Carneiro, corregedor Geral de Justiça do estado do Ceará, gestão 2007/2009, o “Projeto Justiça Preventiva – O Novo Papel da Corregedoria” merece ser destacado por sua importância e alcance, a partir de sua concepção, porquanto objetivou instruir e orientar a prestação jurisdicional, sem, entretanto, esquecer o caráter disciplinador.

O projeto referenciado foi idealizado para ser executado em quatro fases e, dentro do cronograma estabelecido, coube a Auditoria da Corregedoria, dentre outras atribuições e encargos, o exame da regularidade dos recolhimentos efetuados pelos Cartórios para o Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário (Fermoju), em observância ao disposto no artigo 20, inciso I, do Regimento Interno da Corregedoria. Este trabalho foi desenvolvido “in loco”, quando das Correições e Inspeções, as quais constavam do calendário elaborado pelo Órgão Corregedor e fixadas através de Portarias.

Este papel foi, sem dúvida, fundamental no incremento da arrecadação do Fermoju, cujos

reflexos já se faziam sentir nos resultados expressivos apresentados no ano de 2007, no período compreendido de fevereiro a dezembro, primeiro ano da gestão do desembargador José Cláudio Nogueira Carneiro. Já naquela oportunidade registrava-se um acréscimo de 20,86 por cento na receita, em relação ao ano anterior, e de aproximadamente 29 por cento no comparativo entre 2007 e 2008, correspondente ao segundo ano da atual administração. Estes percentuais crescem de significação em face de não ter havido, no período, majoração na tabela de

emolumentos, permanecendo os mesmos valores vigentes desde 09 de maio de 2005.

O aporte de recursos ao Fermoju por parte das Serventias Extrajudiciais, entre 2007 e 2008, foi adicionado em mais de R\$ 6 milhões, comparativamente ao montante arrecadado no primeiro ano da gestão do Corregedor em 2007.

A obtenção desse resultado se deve a algumas ações empreendidas, dentre elas, o levantamento trimestral dos Cartórios que se encontravam inadimplentes frente ao Fermoju, com monitoramento feito pela Auditoria, bem como as informações e sugestões ao eminente Corregedor acerca de assuntos ligados às inspeções, processos, Relatórios, análise de taxas cobradas pelos cartórios, destacando em cada procedimento a ação vigorosa dos auditores frente às situações apresentadas com relação às Serventias Extrajudiciais.

Para bem desempenhar sua missão, a Auditoria realiza seus trabalhos, também, por amostragem, de forma aleatória, escolhido os períodos, tendo como referência a data das últimas inspeções na Comarca. A tarefa envolve o exame dos atos praticados através da contagem nos livros

do Cartório, em confronto estabelecido com os atos informados e transmitidos ao Fermoju. Estas pesquisas são feitas no Sistema de Arrecadação do Fermoju (SISGUIA), para aferir a regularidade do envio das informações ao Fundo e o devido pagamento das guias geradas pelo Sistema. A partir daí, se for verificada qualquer irregularidade, é feita as devidas constatações e determina a sua devida regularização, confeccionando empós, relatório ao Juiz de Direito Diretor do Fórum da Comarca com as indispensáveis observações, para que adote as medidas pertinentes.

As auditagens têm demonstrado sua relevância e imprescindibilidade, contribuindo, decisivamente, para seu êxito. A simples presença dos auditores já produz um efeito pedagógico para o elevado número de cartórios da jurisdição, os quais, ao tomarem ciência de sua presença, de iniciativa própria já procuram sanar as situações de inadimplência, quitando dívidas às vésperas, regularizando, ainda, as informações dos atos praticados, porventura em atraso. Estas ações atestam e ratificam a significação do trabalho realizado pela Corregedoria Geral no



Cláudia Nadir de Andrade e Araken Sedrin Neto, auditores

acompanhamento mais próximo junto às Serventias Extrajudiciais.

O quadro dos dados estatísticos relativos ao Fermoju, corroboram e revelam, de forma inquestionável, que esta prática tem rendido bons frutos, culminando, como se disse, com o incremento de receita da ordem de aproximadamente 29 por cento para o Fundo, no comparativo entre 2007 e 2008, e a sensível evolução da redução da inadimplência comprovada nos Cartórios Auditados “in loco”, nas I, II, III e IV fases.

CARTÓRIOS ADIMPLENTES E INADIMPLENTES EM 2007

MÊS	ADIMPLENTES	ADIM	INADIMPLENTES	INAD
jan	485	77,85%	138	22,15%
fev	488	78,33%	135	21,67%
mar	504	80,90%	119	19,10%
abr	486	78,01%	137	21,99%
mai	479	76,89%	144	23,11%
jun	507	81,38%	116	18,62%
jul	496	79,61%	127	20,39%
ago	509	81,70%	114	18,30%
set	499	80,10%	124	19,90%
out	491	78,81%	132	21,19%
nov	492	78,97%	131	21,03%
dez	486	78,01%	137	21,99%

* O FERMOJU conta com 623 Cartórios Ativos

Cartórios Ativos em 2007

Adimplentes	76,67%
Inadimplentes	23,39%

Cartórios Ativos em 2008

Adimplentes	80,61%
Inadimplentes	19,39%

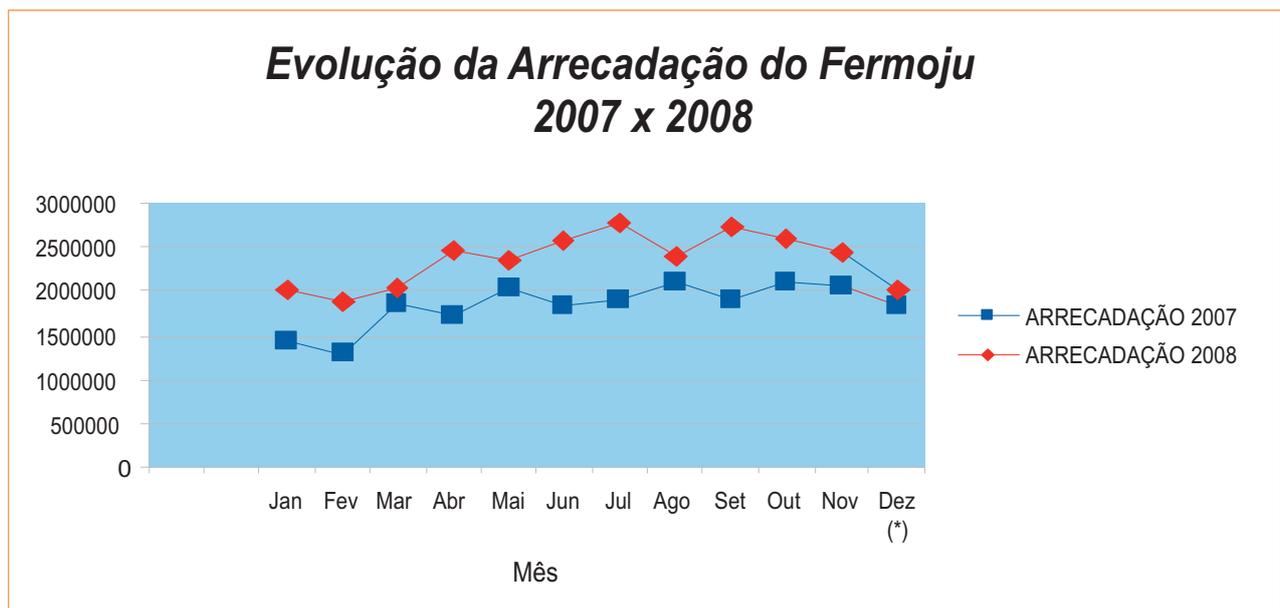
CARTÓRIOS ADIMPLENTES E INADIMPLENTES EM 2008				
MÊS	ADIMPLENTES	ADIM	INADIMPLENTES	INAD
jan	507	81,38%	116	18,62%
fev	502	80,58%	121	19,42%
mar	489	78,49%	134	21,51%
abr	501	80,42%	122	19,58%
mai	493	79,13%	130	20,87%
jun	507	81,38%	116	18,62%
jul	471	75,60%	152	24,40%
ago	518	83,15%	105	16,85%
set	506	81,22%	117	18,78%
out	489	78,49%	134	21,51%
nov	541	86,84%	82	13,16%

*** O Mês de Dezembro não consta no balanço por estar ainda em aberto

** O Mês de Dezembro ainda está em aberto

Recolhimento do Fermoju - 2007/2008 (R\$)			
MÊS	ARRECADAÇÃO 2007	ARRECADAÇÃO 2008	%
Jan	1.426.544,40	2.015.518,09	41,29%
Fev	1.284.705,84	1.874.299,40	45,89%
Mar	1.854.581,46	2.020.076,26	8,92%
Abr	1.707.007,37	2.466.960,17	44,52%
Mai	2.026.557,32	2.351.788,39	16,05%
Jun	1.817.036,32	2.577.004,29	41,82%
Jul	1.896.176,71	2.765.664,75	45,85%
Ago	2.102.155,83	2.384.089,23	13,41%
Set	1.900.829,61	2.727.667,19	43,50%
Out	2.102.237,27	2.599.924,96	23,67%
Nov	2.056.866,52	2.433.266,41	18,30%
Dez (*)	1.815.925,47	2.000.000,00	10,14%
Total	21.990.624,12	28.216.259,14	28,31%

**** Arrecadação de R\$ 2,0 milhões estimada para dezembro/2008



Obs: O Mês de Dezembro de 2008 a Receita é estimada

- dezembro de 2007, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ao tempo em que ratificou a importância da criação dos Conselhos da Comunidade
- no seio das Comarcas.
- Minuta do Provimento nº 01/2008, da CGJ-TJ/CE, que explicita a vedação ao oferecimento de descontos e ao pagamento de comissões decorrentes da prática de atos notariais, assim como as proibições decorrentes da prática de atos cartoriais fora da circunscrição geográfica para a qual o tabelião recebeu delegação e a proibição da instalação de sucursal ou de posto avançado fora da sede do serviço notarial;
- Em resposta a consultas de cartorários, magistrados e usuários, a Assessoria Jurídica assentou posicionamento acerca da extensão da gratuidade judiciária às despesas com cartório extrajudicial, elaborou pareceres embasados na jurisprudências das mais autorizadas Cortes do País e na doutrina dominante, a exemplo podem-se citar as Consultas Administrativas nº 2007.0027.0901-3/0 e 2008.0000.4261-3/0, nas quais, após criterioso estudo doutrinário e jurisprudencial, à luz da garantia da efetividade da jurisdição, manifestou-se no sentido de ser possível a gratuidade judiciária alcançar os emolumentos desde que o ato que se pretenda praticar seja corolário da própria
- prestação jurisdicional.
- Outra importante consulta subtida à Assessoria Jurídica diz respeito à aplicação prática do art. 290, da Lei Federal nº 6.015/73. Na oportunidade consignou-se opinião no sentido do que a redução de emolumentos prevista da Lei de Registros Públicos não se aplica aos imóveis que, mesmo adquiridos com a rubrica do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), guardam características próprias da Lei nº 9.514/1997, norma que trata do Sistema Financeiro Imobiliário (SFI), mormente quando a natureza da garantia é alienação fiduciária e não hipotecária

- Análise da viabilidade jurídica da instauração de sindicância e de processo administrativo disciplinar contra os titulares de serventias extrajudiciais que, de forma contumaz e dolosa, não repassam ao Poder Judiciário as verbas decorrentes da arrecadação das taxas destinadas ao Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Poder Judiciário (Fermoju);
- Elaboração de parecer concernente à conformidade da aplicação da Lei de Execução Fiscal aos débitos decorrentes da falta de repasse das taxas relativas ao Fermoju à conta específica do Poder Judiciário, sugerindo, ademais, a celebração de convênio entre o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e a Procuradoria Geral do Estado do Ceará, viabilizando a cobrança judicial das serventias extrajudiciais e proporcionando a recuperação da arrecadação de tributo destinado exclusivamente ao reapearelhamento e à modernização do judiciário alencarino;
- Com o advento da Resolução nº 30, de 07 de março de 2007, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Corregedor Geral da Justiça ficou com a incumbência de relatar perante o Tribunal Pleno as propostas de Processo Administrativo Disciplinar contra magistrados de primeiro grau de jurisdição, a teor do parágrafo 3º do artigo 6º da Resolução mencionada. Esta atribuição competia ao eg. Conselho Superior da Magistratura. Nessa atividade o Corregedor Geral da Justiça foi diretamente auxiliado pela Assessoria Jurídica, na confecção de relatórios e votos a serem submetidos ao Tribunal Pleno, assim como nos casos de arquivamento das representações, reclamações, pedidos de providências aforadas contra magistrados e que não configuravam violação aos deveres da Magistratura.

A atuação da Assessoria Jurídica da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará encontra-se demonstrada em números, segundo a tabela abaixo:

Ano	Pareceres	Decisões	Despachos	Provimentos	Portarias	Ofícios	Tribunal Pleno
2007	531	743	1.488	3	17	5	5
2008	358	876	2.533	02	08	18	3
	889	1.619	4.021	5	25	23	8

Diretoria distribui 908 processos e expede 6,7 mil ofícios

A Diretoria Geral da Corregedoria distribuiu, durante 2007 e 2008, um total de 908 processos para os quatro Juízes Corregedores Auxiliares, de um universo de 1.758 processos autuados. Do montante geral, 769 foram pedidos de

providências; 261 cartas precatórias; 467 comunicações; reclamações somaram 62 e 67 representações, dentre outras. Também foram expedidos 6.719 ofícios. Já a quantidade de circulares foi de 165.

Processos Autuados 2007	
Providência	279
Providência (Carta Precatória)	107
Comunicação	178
Sindicância	05
Reclamação	44
Denúncia	07
Representação	34
Processos Arquivados	296
Processos Distribuídos	423
Antônio Pádua Silva	109
Hortênsio Augusto Pires Nogueira	101
Ireylande Prudente Saraiva	106
José Tarcílio Sousa da Silva	107
Total	709

Processos Autuados 2008	
Providência	490
Providência (Carta Precatória)	154
Comunicação	299
Sindicância	02
Reclamação	18
Denúncia	07
Representação	33
Consultas	46
Processos distribuídos	485
Processos Arquivados	*579
Antônio Pádua Silva	114
Hortênsio Augusto Pires Nogueira	128
Ireylande Prudente Saraiva	119
José Tarcílio Sousa da Silva	124
Total	1.049

*Dado referente até setembro de 2008.

Ofícios Expedidos/2007	
Janeiro	259
Fevereiro	120
Março	193
Abril	302
Mai	264
Junho	204
Julho	352
Agosto	255
Setembro	234
Outubro	355
Novembro	216
Dezembro	230
Total	2.970

Ofícios Expedidos/2008	
Janeiro	191
Fevereiro	244
Março	197
Abril	335
Mai	306
Junho	453
Julho	501
Agosto	259
Setembro	294
Outubro	372
Novembro	249
Dezembro	348
Total	3.749

Certidões encaminhadas: de nascimento, casamento, óbito, certidão de antecedentes criminais em 2007

Certidão de nascimento	84
Certidão de casamento	24
Certidão de óbito	07
Certidão de antecedentes criminais	17
Total	132

Certidões encaminhadas: de nascimento, casamento, óbito, certidão de antecedentes criminais em 2008

Certidão de nascimento	60
Certidão de casamento	15
Certidão de óbito	09
Certidão de antecedentes criminais	34
Total	118

Ofícios Circulares/2007	
Janeiro	16
Fevereiro	14
Março	20
Abril	08
Mai	07
Junho	07
Julho	02
Agosto	02
Setembro	03
Outubro	-
Novembro	13
Dezembro	05
Total	97

Ofícios Circulares/2008	
Janeiro	03
Fevereiro	02
Março	06
Abril	16
Mai	13
Junho	03
Julho	05
Agosto	04
Setembro	03
Outubro	02
Novembro	05
Dezembro	06
Total	58

Processos arquivados em 2008

Jan	94
Fev	01
Mar	-
Abr	95
Mai	35
Jun	8
Jul	134
Ago	201
Set	11
Out	-
Nov	-
Total	579

	2007	2008
Portarias	66	71
Provimentos	08	05
Certidões Promoção	87	103
Certidões Remoção	74	67
Certidões Vitaliciedade	15	19
Certidões Permuta	08	06
Certidões Nada Consta	05	08
Certidões Fins Gerais	05	00

Processos Administrativos Arquivados

Ano 2003	11
Ano 2004	36
Ano 2005	25
Ano 2006	85
Ano 2007	235
Ano 2008	701
Total	1.109

Divisão de Correições Jan 2008 a Nov 2008

Provimentos	Portarias	Editais
04	71	03

Certidões	Capital	Interior
Promoção	00	104
Remoção	14	51
Vitaliciedade	00	19
Permuta	03	03
Nada consta	01	05
Subtotal	18	182
Total	Interior / Capital	200

Senhas para acesso ao sistema SGEC

Capital	Interior
30	85
Total Capital / Interior	151

Obs.: Merece destacar que esta Corregedoria Geral enviou, pela primeira vez sem ressalva, os dados estatísticos solicitados pelo Conselho Nacional de Justiça, para este mister, o Exmo. Sr. Corregedor autorizou a criação de formulários estatísticos específicos para atender o pedido em alusão, bem como simplificou/adaptou os formulários específicos do Sistema SGEC.



Registro Civil: Sinônimo de Cidadania



REALIZAÇÃO:



CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA



Corregedoria Geral da Justiça
do Estado do Ceará

APOIO:



Associação dos Notários
e Registradores
do Estado do Ceará



Fundo Especial Para Registro Civil - Ceará



arpenceará
Associação Cearense dos Registradores de Pessoas Naturais



Corregedoria adere à campanha do CNJ para elevar número de cearenses com Registro Civil

O desembargador José Cláudio Nogueira Carneiro, corregedor Geral da Justiça do Estado do Ceará convocou todos os juizes do Estado, com competência sobre os feitos do registro público, para se engajarem na Semana Nacional de Mobilização pelo Registro Civil de Nascimento, que foi realizada de 17 de novembro a 17 de dezembro. Neste período, foram realizadas campanhas em todo o país para garantir a emissão gratuita de certidão de nascimento às crianças e adultos que ainda não possuem o documento. A Semana foi uma campanha do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Através de Portaria 71/2008, de 22 de outubro de 2008, o Desembargador Corregedor Geral também solicitou a participação de titulares – principalmente - e servidores dos cartórios de registro civil sedes das comarcas e dos respectivos distritos judiciários, bem dos conselhos tutelares locais, secretarias municipais, organizações não-governamentais, igrejas e representantes da sociedade local envolvidos com a causa social, além da população em geral. A meta foi fortalecer o espírito de cidadania com o arrefecimento do quantitativo de brasileiros, notadamente crianças e adolescentes, ainda sem registro de nascimento.

Os juizes corregedores-Auxiliares Antônio Pádua Silva, José Tarcílio Souza da Silva, Hortênsio Augusto Pires e Ireylande Prudente Saraiva, em conjunto, mas sob a coordenação do primeiro, adotaram providências necessárias objetivando o bom êxito da Campanha no Ceará. Foi disponibilizado sistema informatizado para a coleta e totalização de dados sobre as atividades desenvolvidas durante a semana.

CONSELHO

No Brasil, o registro civil é assegurado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), além

de ser um direito estabelecido pelo artigo 7º da Convenção sobre os Direitos da Criança, ratificada pelo Brasil em 24 de setembro de 1990. Ainda assim, de acordo como CNJ, cerca de 13 por cento das crianças nascidas não são registradas. A conselheira do CNJ, Andréa Pachá, presidente da Comissão de Acesso à Justiça, Juizados Especiais e Conciliação, disse que dentre os fatores que motivam o sub-registro de nascimento, estão "o desconhecimento das leis, a negligência, a distância do domicílio ao cartório e o grau de instrução dos pais".

Segundo ela, um dos maiores entraves à realização do registro de nascimento era a cobrança da taxa para emissão do documento, que foi extinta em 2007 com a Lei 9.534/97. Essa Lei, que garantiu a gratuidade do registro civil, deu nova redação ao art.30 da Lei de Registros Públicos (Lei 6.015/73), isentando a cobrança na emissão de certidão de nascimento e também de óbito. Andréa Pachá disse que na Semana Nacional pelo

Registro Civil, o CNJ também vai cobrar dos Tribunais, a fiscalização pela gratuidade do documento.

A conselheira Andréa Pachá destacou ainda que a falta de certidão de nascimento exclui crianças e adolescentes de direitos garantidos, que vão desde o recebimento de doses de vacinas até a inclusão em benefícios do governo. "O sub-registro dificulta também o planejamento de políticas públicas, que podem apresentar deficiências no atendimento" e enfatizou que a criança sem identificação poderá enfrentar muitas dificuldades, além de perder alguns direitos garantidos por lei. "A criança sem registro não tem acesso à escola, terá dificuldade no atendimento em postos de saúde e, o mais lastimável, é que ela não existe como cidadã", completa.



Comissão de Acesso à Justiça, Juizados Especiais e Conciliação, disse que dentre os fatores que motivam o sub-registro de nascimento, estão "o desconhecimento das leis, a negligência, a distância do domicílio ao cartório e o grau de instrução dos pais".

No Ceará, a Campanha, idealizada pelo Conselho Nacional de Justiça, e realizada pelo CNJ e pela Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, conta com o total apoio da Associação dos Notários e Registradores do Estado do Ceará (Anoreg/CE); Fundo Especial para Registro Civil (Ferc-Ceará) e Associação Cearense dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen/Ceará).

Além do desembargador José Cláudio, que

esteve acompanhado por sua esposa Maria Neuma Albuquerque Carneiro e a filha Ana Cláudia, participaram ainda da abertura oficial da Campanha pelo Registro Civil o juiz-corregedor auxiliar e coordenador da campanha no Ceará, Antônio Pádua Silva; as assessoras jurídicas Maria Élia da Costa Farias e Mônica de Andrade Gomes Feitosa, os auditores, também da Corregedoria, Cláudia Nadir de Andrade Medeiros e Araken Sedrin de Aguiar, o jornalista Pádua Martins, assessor de Imprensa da Corregedoria, a coordenadora do ABC Goiabeiras Aureniza Pereira da Silva Cabral, e Christiany Oliveira e Patrícia Sabóia, ambas da equipe da auditoria.

ABC do Bom Jardim recebe serviço para retirada do Registro Civil durante a Campanha

Diana Paula de Oliveira, 22 anos, chegou logo cedo ao ABC do Bom Jardim, dia 29 de novembro, com o objetivo de obter não somente o registro civil dos quatro filhos, mas também o seu. Ela era uma das 27 pessoas que até às 11h daquele dia aguardavam na fila à espera de sua vez, quando dava-se continuidade a Campanha pelo Registro Civil de Nascimento, que teve início dia 17 de novembro de 2007 e seguiu até 17 de dezembro. No Ceará, a campanha teve como lema “Registro Civil: Sinônimo de Cidadania”.

Ela veio do Pará para o Ceará em um ano que nem ela mesma sabe dizer, mas lembra-se que ainda era criança. Por sofrer abusos do pai decidiu fugir de casa e pegou a estrada. No percurso conheceu uma senhora que a prometeu trabalho e moradia na capital, mas com o tempo também passou a maltratá-la. Mais uma vez ela fugiu e foi morar nas ruas, quando conheceu seu primeiro companheiro com quem teve o primeiro filho, hoje com oito anos.

A relação logo acabou e ela foi morar no bairro Bom Jardim, na casa de uma amiga. Conheceu outra pessoa, Danilo Freire dos Santos, 20 anos, seu atual companheiro, com que teve

outras três crianças, quatro, dois e oito meses, todas sem registro civil de nascimento. Agora, Diana conseguiu o seu registro civil para em seguida registrar os filhos. Na mesma fila e muito ansiosa estava Maria Fabiana Nunes Menezes, 32 anos, e seu esposo, Luís da Cruz de Freitas, 27 anos, que faltou a manhã de trabalho para acompanhar a esposa para registrar o primeiro filho do casal, o pequeno Luís Fernando Mendonça, 2 meses. “A gente sabe da importância do registro e por isso quando ficamos sabendo que aqui perto da nossa casa poderíamos tirar o documento viemos logo”, ressaltou ela.

Enquanto aguardavam na fila com os pais, as crianças olhavam atentas às apresentações dos palhaços e malabaristas do Circo Escola Bom Jardim, como parte da programação da Campanha.

Na ocasião, adolescentes do grupo apresentaram números de acrobacias, malabarismo e dança. O circo Escola Bom Jardim trabalha com 300 crianças e adolescentes, em dois turnos e existe há 17 anos. Funciona com o incentivo do Governo do Estado e do Conselho dos Moradores do Parque Santa Cecília. Segundo a

diretora do Circo Escola, Erisvânia Costa Castro, o objetivo principal é a educação dessas crianças. “Nossa meta não é formar artistas, mas desenvolver habilidades para que dentro de qualquer profissão, essas crianças possam ter responsabilidade e respeito. Não queremos formar e sim educar através da arte” pontuou.

Para Elisângela Cristina, 13 anos, o circo mudou a sua vida. “Antes eu ficava em casa sem fazer nada. Agora, com as atividades do circo, além da escola posso ocupar meu tempo com os treinamentos”, disse. O



Diana e seu esposo com os dois filhos do casal



Apresentações artísticas marcaram dia da Campanha no ABC Bom Jardim

mesmo acontece com Geovana Kelly da Silva, 12 anos: “Aprendo muitas coisas novas no circo e depois que entrei para o grupo gosto até mais de estudar e ajudar minha mãe em casa”, frisou a menina.

A exemplo do ABC das Goiabeiras, dia 22 de novembro, e do ABC Bom Jardim, outros dois grandes eventos foram programadas para Fortaleza: dia 06 de dezembro ABC Lagamar (Rua Monte Cristo, 191 – Aerolândia), e no dia 13 de dezembro, das 08 às 17 horas no ABC Mucuripe (Rua do Entardecer, 160 – Mucuripe). A falta da certidão de nascimento exclui crianças e adolescentes de direitos garantidos, que vão desde o recebimento de doses de vacinas até a inclusão em benefícios do governo. A criança sem identificação poderá enfrentar muitas dificuldades, além de perder alguns direitos garantidos por lei.

De acordo com dados da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, que tem à frente o desembargador, corregedor Geral da Justiça, José Cláudio Nogueira Carneiro, a campanha pelo Registro Civil de Nascimento emitiu, até 28 de novembro, um total de 1.585 documentos, dos quais 1.014 em Fortaleza, o que

corresponde a 63,97 por cento do total geral, e 571 no interior do Estado, o que representa índice de 36,02 por cento. O número, já expressivo, deve aumentar ainda mais, pois no interior são 429 cartórios, dos quais 191 nas sedes dos municípios e 229 em distritos, enquanto em Fortaleza são dez cartórios. A iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) é realizada, no Ceará, pela Corregedoria da Justiça, que tem o apoio da Associação dos Notários e Registradores do Estado do Ceará (Anoreg/Ce); Fundo Especial para Registro Civil (Ferc/Ce) e Associação Cearense dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen/Ce). Sem registro, a criança não tem acesso à escola, terá dificuldade no atendimento em postos de saúde e o mais lastimável: a criança não existe como cidadã. No Brasil, o Registro Civil é assegurado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), além de ser um direito estabelecido pelo artigo 7º da Convenção sobre os Direitos da Criança, ratificada pelo Brasil em 24 de setembro de 1990. Ainda assim, de acordo como CNJ, cerca de 13 por cento das crianças nascidas não são registradas. Os interessados podem procurar o cartório mais próximo da sua residência

Brincadeiras e capoeira marcam o dia da **Campanha** na comunidade do Lagamar

O ABC do Lagamar foi o palco para mais um dia da Campanha Nacional pelo Registro Civil de Nascimento, dia 06 de dezembro. Enquanto em uma das salas eram esperados os pais para efetuar o registro dos filhos, na quadra do ABC crianças se aglomeravam em uma fila para brincar no pula-pula montado, enquanto outras, ao som de berimbaus, ensaiavam os primeiros passos da capoeira, apresentação que fariam como parte da programação da Campanha, que no Ceará tem como lema “Registro Civil: Sinônimo de Cidadania”.

Ajamile da Silva Brasil, 27 anos, chegou cedo ao ABC Lagamar. Com a pequena Vêrita Ester Brasil, dois anos, no colo foi uma das primeiras a conseguir o registro da filha. “Não registrei minha filha antes porque estava em uma briga judicial com o pai dela que não queria reconhecê-la”, contou. Já Consuelo Silva de Lima, 35 anos, não registrou a filha porque o pai, que não é casado com ela, não pôde comparecer ao



Pula-pula foi diversão garantida para as crianças do Lagamar

cartório. Porém, ela disse que no decorrer da semana iria procurar um cartório e efetuar o registro de Maira Kesia, nove meses.

A iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) foi realizada, no Ceará, pela Corregedoria da Justiça, que tem o apoio da Associação dos Notários e Registradores do Estado do Ceará (Anoreg/Ce); Fundo Especial para Registro Civil (Ferc/Ce) e Associação Cearense dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen/Ce).



Uma roda de capoeira foi formada por cerca de dez crianças



Dezenas delas fizeram fila à espera do pula-pula

Mais de 9,1 mil registros de nascimento foram emitidos no Ceara durante Campanha Nacional do CNJ

Um total de 9.172 registros de nascimento foram emitidos em todo o Estado durante a Campanha Nacional pelo Registro Civil de Nascimento, realizada de 17 de novembro a 17 de dezembro de 2008, que, no Ceara, foi coordenada pela Corregedoria Geral da Justica, que tem a frente o desembargador Jose Claudio Nogueira Carneiro. Da quantidade geral, o interior foi responsavel por 4.944 registros, o que representa indice de 53,90 por cento, ficando a Capital com 4.228, ou seja, 46,09 por cento. A iniciativa, que no Ceara teve o tema Registro Civil: Sinonimo de Cidadania, foi do Conselho Nacional de Justica (CNJ).

De acordo com dados levantados pela Corregedoria Geral da Justica do Estado do Ceara, dos n 4.228 registro de nascimento emitidos pelos dez cartorios de Fortaleza em Fortaleza, a grande maioria, ou seja, 4.192, o equivalente a 99,14 por cento, foram para crianas situadas na faixa de zero a 12 anos; 12 para a faixa de 12 a 18 anos e 24 para pessoas acima dos 18 anos. No interior, dos 4.944 registros, 4464, o que representa 90,29 por cento, se situaram entre zero e 12 anos; 168 de 12 aos 18 anos e 312 acima dos 18 anos.

O cartorio onde foi verificado maior numero de registros em Fortaleza foi o de Antonio Bezerra, com 855 documentos, seguido pelo Cartorio da Sexta Zona Cavalcante Filho, com 692; em terceiro, com 603, o Cartorio da Quarta Zona Noroes Milfont; Primeira Zona Joao de Deus, com 437; Cartorio de Messejana, com 422; Segunda Zona Jereissati, com 315; Terceira Zona Cysne, com 315; Quinta Zona Botelho, com 282; Cartorio de Mondubim, com 207 e o Cartorio de Mucuripe, com 136 certidoes de nascimento.

Das 102 comarcas do interior que enviaram relatorio sobre a emissao do registro civil de nascimentos, as que apresentaram maiores quantidades foram: Juazeiro do Norte, com 335;



Crianças em uma roda de capoeira no ABC Lagamar



Apresentação artística no ABC das Goiabeiras, na abertura da Campanha

Quixada, com 269; Crato, com 189; Maracanaú, com 165; Caninde (148); Maranguape (136); Catarina (131); Iguatu (127) Sobral, com 102 documentos e Pacajus, com um total de 107 registros.

A Campanha, uma iniciativa do Conselho Nacional de Justica (CNJ), foi realizada, no Ceara, pela Corregedoria da Justica, que tem o apoio da Associação dos Notarios e Registradores do Estado do Ceara (Anoreg/Ce); Fundo Especial para Registro Civil (Ferc/Ce) e Associação Cearense dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen/Ce).



Semana Nacional da Conciliação

PARTICIPE!

Procure o Fórum da sua Comarca.

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Juízes de 40 comarcas mantêm encontro preparativo para a Semana da Conciliação de 2007

Debater os preparativos para a Semana Nacional da Conciliação. Com este objetivo, juízes de 40 comarcas próximas a Fortaleza participaram, dia 12 de novembro de 2007, no Auditório da Corregedoria, de reunião com o desembargador José Cláudio Nogueira Carneiro, corregedor Geral da Justiça do Estado do Ceará. Esta foi a sexta reunião, sendo a primeira em Fortaleza, que a Corregedoria promoveu a fim de mobilizar os magistrados para o Movimento pela Conciliação, campanha do Conselho Nacional de Justiça, que foi realizada de 03 a 08 de dezembro.

Estiveram presentes à reunião os magistrados de Amontada, Aquiraz, Aracati, Aracoiaba, Aratuba, Baturité, Beberibe, Canindé, Capistrano, Caridade, Cascavel, Caucaia, Chorozinho, Eusébio, Fortim, Guaiuba, Horizonte, Icapuí, Itaitinga, Itapajé, Itapipoca, Itapiúna, Maracanaú, Maranguape, Mulungu, Pacajús, Pacatuba, Pacoti, Palmácia, Paracuru, Paraipaba, Pentecoste, Pindoretama, Quixadá, Redenção, São Gonçalo do Amarante, São Luiz do Curú, Trairi, Umirim e Uruburetama.

Ainda foram realizadas reuniões preparatórias reuniões em Limoeiro do Norte, 13 de novembro, contemplando as comarcas de Alto Santo, Iracema, Morada Nova, Quixeré, Russas e Tabuleiro do Norte; e em Nova Russas, dia 22 de novembro, com magistrados de Crateús, Hidrolândia, Independência, Ipaporanga, Ipú, Ipueiras, Monsenhor Tabosa, Nova Russas, Novo Oriente, Poranga, Santa Quitéria e Tamboril.

A primeira reunião preparatória e de divulgação da Semana Nacional da Conciliação ocorreu em Iguatu, no Fórum Desembargador Boanerges de Queiroz Facó, dia 17 de outubro, e contou com a participação de magistrados das comarcas circunvizinhas. Na oportunidade, o desembargador José Cláudio falou sobre a importância da conciliação e conclamou todos os



Juízes no auditório da Corregedoria

juízes e demais operadores do direito a se engajarem no Movimento. O juiz Paulo de Tarso Pires Nogueira, presidente da Associação Cearense de Magistrados, presente ao encontro, manifestou total apoio ao Movimento, que teve sua primeira edição em dezembro do ano passado.

No dia 07 de novembro, em Sobral, os juízes Corregedores-auxiliares José Tarcílio Sousa da Silva e Antônio Pádua Silva tiveram encontro com os magistrados de 11 comarcas: Sobral, Irauçuba, Forquilha, Groaíras, Cariré, Meruoca; Santana do Acaraú, Uruoca, Morrinhos, Coreaú e Massapê. Naquela mesma data, houve reunião também em Ibiapina, com magistrados daquela comarca e de Tianguá, Viçosa, Ubajara, São Benedito, Carnaubal, Frecheirinha, Mucambo, Graça, Guaraciaba do Norte, Ipu, Reriutaba e Croatá, totalizando 13 comarcas.

Já no dia 08 de novembro de 2007, os juízes Corregedores-auxiliares Ireylande Prudente Saraiva e Hortênsio Augusto Pires Nogueira tiveram encontros, em Milagres, no Fórum Desembargador Raimundo Bastos de Oliveira, com magistrados daquela comarca, e de Jati, Brejo Santo, Porteira, Mauriti, Barro, Ipaumirim e Baixio. Ainda naquele dia, os magistrados realizaram encontro, em Juazeiro do Norte, com os juízes daquela comarca; e do Crato, Barbalha, Missão Velha, Farias Brito, Jardim e Caririçu.

Audiências e acordos crescem mais de 100% no Ceará na semana da conciliação promovida pelo CNJ

O número de audiência e de acordo realizado no Ceará, na Semana Nacional da Conciliação, promovida pelo Conselho Nacional da Justiça (CNJ), de 03 a 08 de dezembro de 2007, cresceu em mais de 100 por cento quando comparado

ao resultado obtido em 2006. Em 2007, as audiências somaram 22.520, o que representa aumento de 104,04 por cento em relação as 11.038 do ano anterior. Já a quantidade de acordos, que em 2006 foi de 5.437, atingiu 11.770, maior em 115,19 por cento. É bem verdade que em 2006 o movimento pela conciliação foi realizado em apenas um dia, mas o desempenho já demonstra que a cultura do acordo, da pacificação, tende a crescer, pondo fim a muitos litígios na justiça.

O resultado deste ano mantém o Ceará na primeira posição – obtida em 2006, por ocasião da primeira edição do Movimento Nacional pela Conciliação. E mais uma vez o interior do Estado foi destaque em conciliação, já que as 183 comarcas foram responsáveis por 14.830



Audiência tenta fazer conciliação entre as partes

audiências, o que representa 65,85 por cento, das 22.520 efetivadas em todo o Estado. Na Capital foram 7.690 audiências, ou seja, 21,80 por cento. Já total de acordos foi de 11.700, dos quais 9.149 (78,19 por cento) no interior e 2.551 (21,80 por cento) em Fortaleza.

Das 22.520 audiências realizadas no Ceará, 21.172 foram de natureza cível, sendo 13.482 no interior e 7.690 na Capital. Das 21.172 audiências, 10.689 resultaram em acordos, dos quais 8.138 (76,13 por cento) nas 183 comarcas interioranas e 2.551 (23,86 por cento) em Fortaleza. Também no interior foram efetivadas 1.348 audiências (natureza crime) e fechados 1.011 acordos, ou seja, 75 por cento em relação ao total de audiências/crime. O desembargador José Cláudio Nogueira Carneiro, corregedor Geral da Justiça do Estado do Ceará, considera o resultado da semana Nacional da Conciliação excelente e incentivador para novas edições do movimento pela conciliação.

No Ceará foram fechados 9,9 mil acordos durante a Semana de Conciliação 2008 e interior é destaque

Em todo o Ceará foram realizados 9.922 acordos durante a Semana Nacional da Conciliação, realizada de 01 a 05 de dezembro de 2008, quando foram concretizadas 19.545 audiências – foram marcadas 33.400 -, o que representa índice de 50,76 por cento. Dos 9.922 acordos, 8.858, ou seja, 89,27 por cento foram relativos a processo de natureza cível, enquanto 10,72 por cento, equivalentes a 1.64 acordos, de natureza crime. Mais uma vez, as comarcas do interior cearense foram fundamentais para o resultados obtido, pois foram responsáveis por 6.504 do total de acordos fechados, o que representa índice de 65,55 por cento.

Em Fortaleza foram realizados 3.428 acordos, ou seja, 34,44 por cento dos 9.922 verificados. Com relação ao total de audiências efetivadas, de 19.545, Fortaleza foi responsável por 45,01 por cento, já que foram 8.798, enquanto no interior a quantidade chegou a 10.747, representando 54,98 por cento. O desembargador José Cláudio Nogueira Carneiro, corregedor Geral da Justiça do Estado do Ceará, enalteceu o trabalho desenvolvidos por todos para o sucesso da Semana da Conciliação no Ceará, sobretudo nas comarcas do interior.

“Estão de parabéns todos os envolvidos, direta ou indiretamente, no grandioso e exemplar esforço para o sucesso da Semana da Conciliação no Ceará, particularmente os magistrados das comarcas do interior. Que venha o movimento no próximo ano, pois a Justiça cearense, sem dúvida alguma, vai trabalhar ainda mais intensamente para obter, cada vez mais, resultados exemplares” - disse o desembargador José Cláudio, acrescentando que “os números traduzem a disposição que a população residente no interior



Des. Fernando Ximenes na abertura da Semana da Conciliação

tem para por fim a disputa judicial, mediante um acordo, uma chance de conciliação”.

As sete comarcas do interior que mais fecharam acordos foram: Sobral (1º vara) com 487 acordos e 539 audiências realizadas;

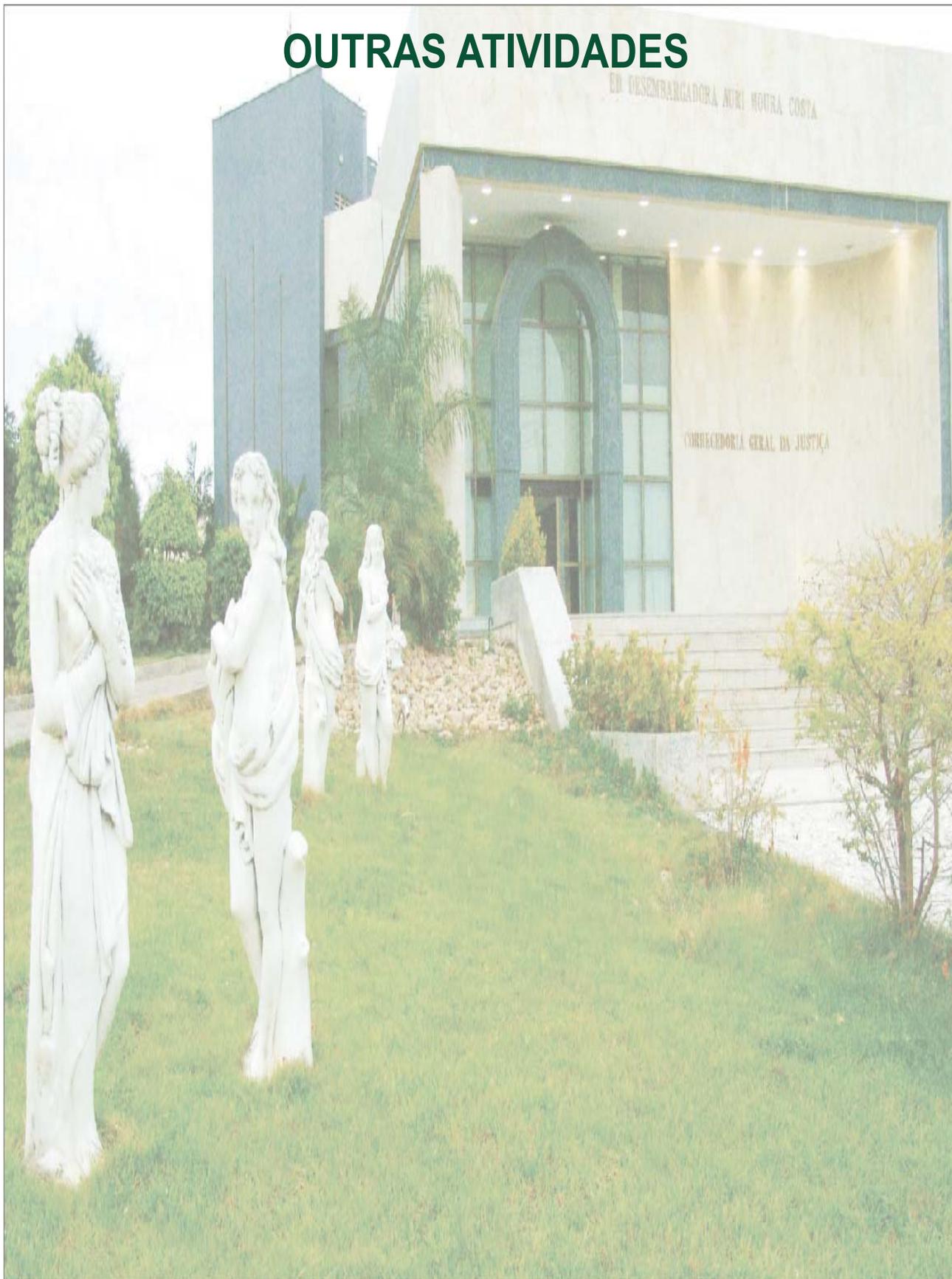
Independência, com 459 (516 audiências); Juizado Especial de Icó, com 245 (383); Vara Única de Massapê, com 188 (280); Vara única de Paraipaba, com 177 (181); Vara Única de Guaraciaba do Norte, com, 170 (243 audiências) e Juizado Especial de Crateús, com 130 acordos fechados e 213 audiências efetivadas.

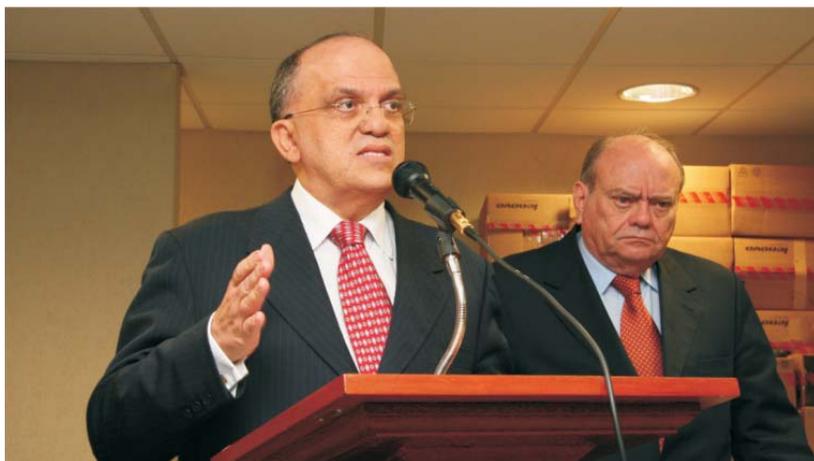
Algumas comarcas conseguiram fechar 100 por cento dos acordos, ou seja, para todas as audiências marcadas foram concretizadas conciliações. Isso aconteceu em Morrinhos; Lavras da Mangabeira (Juizado Especial); Jaguaratama; Tauá (2ª Vara); Varjota e em Missão Velha. Outras comarcas superaram os 90 por cento, como Sobral (90,35%); Paraipaba (97,79); Paracuru (93,07); Cedro (91); Quixeramobim (95); Pedra Branca (92,31); Tejuçuoca (94,74) e Irauçuba (92,59 por cento). As unidades em Fortaleza que mais realizam acordos foram: 11ª Vara de Família, com 338; 12ª vara de Família, com 231; 2ª Vara de Família (203); Juizado Especial – 10ª Unidade -, com 178; 18ª Vara da Família (159); 8ª Vara de Família (141) e 15ª Vara de família, com 133



Autoridades do judiciário cearense compareceram

OUTRAS ATIVIDADES





Desembargadores Fernando Ximenes e José Cláudio



Diretores e servidores do judiciário prestigiaram a solenidade

aos tomarmos posse à frente do Tribunal”- observou, parabenizando o trabalho desenvolvido pelo desembargador José Cláudio na Corregedoria, feito reconhecido, inclusive, pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Dentre as muitas autoridades que prestigiaram o evento, os desembargadores Rômulo Moreira de Deus, vice-presidente do Tribunal de Justiça e diretor do Fórum Clóvis Beviláqua; Francisco Haroldo Rodrigues Albuquerque; José Arísio Lopes da Costa; Ademar Mendes Bezerra; Maria Iracema do Vale Holanda; Celso Albuquerque Macedo; Lúcia Maria do Nascimento Fiuza Bitu; Francisco Sales Neto; Raul Araújo Filho e Francisco Lincoln Araújo e Silva; o secretário Geral do TJ, Bonfim Cavalcante Carneiro; os juízes corregedores auxiliares Antônio Pádua Silva; Ireyllende Prudente Saraiva e José Tarcílio Sousa da Silva; os auditores da Corregedoria Cláudia

Nadir de Andrade Medeiros e Araken Sedrim Neto, o secretário de Finanças, Newton Rodrigues Sousa; o assessor especial da Presidência, Francisco Alfredo da Silveira Fortuna; o secretário executivo do Fermoju, Marcos Aurélio Madeira, todos do TJ, dentre outros.

Dentro do programa de modernização do Poder Judiciário já foram instalados 700 computadores, sendo 279 no Tribunal de Justiça e 421 no Interior do Estado (em 58 Comarcas). Ao todo, o Tribunal vai instalar 2.311 novos computadores em suas unidades, Corregedoria Geral da Justiça, Escola Superior da Magistratura do Ceará (Esmec) e demais Comarcas do Interior do Estado. Os recursos utilizados na modernização da Justiça cearense vêm do Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário (Fermoju).

O PROJUDI

Processo Judicial Digital (Projudi) é um sistema de informática que reproduz todo o procedimento judicial em meio eletrônico, substituindo o registro dos atos processuais realizados no papel por armazenamento e manipulação dos autos em meio digital. É um programa que pode ser utilizado através da internet. Fruto de uma parceria entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Poder Judiciário cearense, a implantação do Projudi teve início no dia 12 de julho de 2007, no 17º Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Fortaleza. Com a implantação no Juizado Especial de Aquiraz foi concluída a primeira etapa do Projudi, com implantação em 40 unidades judiciais de primeiro grau, sendo 21 na Capital, e 19 nas Comarcas do Interior e uma unidade Judiciária de segundo grau nas seis turmas recursais da Capital.

Ações desenvolvidas pela Corregedoria são divulgadas nos meios de comunicação social

As principais ações desenvolvidas pela Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará na gestão do desembargador José Cláudio Nogueira Carneiro (biênio 2007/2009), sempre voltadas para a melhoria da prestação jurisdicional em todo o Estado, foram amplamente divulgadas pela Assessoria de Imprensa nos meios de comunicação – jornais, rádios e televisões - tanto de Fortaleza como do Interior do Estado, além do uso maciço da internet, levando estas últimas notícias além fronteiras.

A população cearense – e aqueles que acessaram a rede mundial de computadores - tomou conhecimento das ações implementadas pela Corregedoria, promovendo, desta forma, uma proximidade cada vez maior entre o Poder Judiciário e a sociedade, tendo como característica a transparência. Além de informações repassadas diretamente aos jornais do Ceará, das entrevistas concedidas pelo desembargador José Cláudio aos meios de Comunicação Social, a Assessoria de Imprensa também foi responsável pela atualização da página da Corregedoria na intranet e na internet.

No biênio foram realizados 4.740 contatos, entre fax e-mails juntos aos diferentes meios de comunicação, todos voltados para notícias sobre as atividades promovidas pela Corregedoria, como, por exemplo, o Projeto Justiça Preventiva: O Novo papel da Corregedoria, que permitiu a discussão de temas atuais e de grande importância para os que fazem a Justiça e para os demais operadores do direito; as atividades de correições e as campanhas da Conciliação e do Registro Civil de Nascimento, ambas

idealizadas pelo Conselho Nacional da Justiça (CNJ), dentre outras.

Os profissionais de Comunicação Social da Assessoria de Imprensa da Corregedoria, que tem a frente o jornalista Pádua Martins, que conta com a contribuição da jornalista Crisley Cavalcante, também realizaram diversos outros trabalhos, como, por exemplo, a elaboração da logomarca do Projeto Justiça Preventiva e da Campanha pelo Registro Civil; a publicação, via página da Internet, de quatro números do jornal Corregedoria em Ação; elaboração de folders e cartazes, sobretudo das Fases de Correições; a contínua atualização das notícias na página da Corregedoria Geral da Justiça na Internet e a elaboração de relatórios da Corregedoria.





A Assessoria de Imprensa desenvolveu o material gráfico (folder, cartaz, banner), bem como a marca do projeto Justiça Preventiva e Campanha pelo Registro Civil de Nascimento.

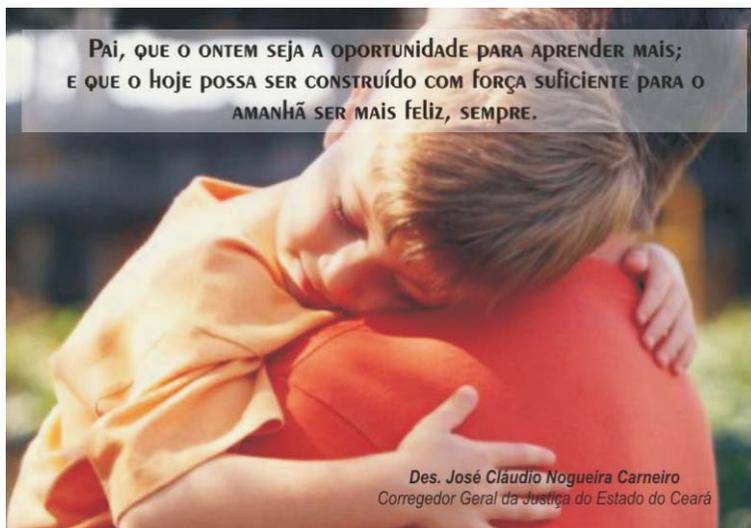
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

PROJETO

JUSTIÇA PREVENTIVA

O NOVO PAPEL DA CORREGEDORIA

GESTÃO 2007-2009



A assessoria de
imprensa criou cartões
comemorativos e
ilustrativos.





JUSTIÇA PREVENTIVA
O NOVO PAPEL DA CORREGEDORIA
GESTÃO 2007-2009

ABERTURA DA IV FASE DE CORREIÇÕES E INSPEÇÕES

LOCAL:
Fórum Des. Avelar Rocha
Comarca de Quixadá

DIA: 25/08 **HORA:** 09h30min

PALESTRANTES:
Dra. Ana Karine de Albuquerque Alves
Dr. Emanuel Albuquerque

REALIZAÇÃO
Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará



Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará

JUSTIÇA PREVENTIVA
O NOVO PAPEL DA CORREGEDORIA
GESTÃO 2007-2009

PALESTRA DE ABERTURA DA III FASE DE CORREIÇÕES E INSPEÇÕES

TEMA:
Sistema Penitenciário do Estado do Ceará

PALESTRANTE:
Ministro César Asfor Rocha, do STJ, e Corregedor Nacional da Justiça

LOCAL:
Fórum Dr. José Sabóia de Albuquerque - Comarca de Sobral

DIA: 25/02 **HORA:** 09h 30min

Campanha Nacional de Mobilização pelo Registro Civil de Nascimento
PERÍODO: 17 DE NOVEMBRO A 17 DE DEZEMBRO/2008

 Procure o cartório mais próximo da sua casa e retire o registro. **É GRÁTIS!**

Registro Civil: Sinônimo de Cidadania

REALIZAÇÃO:
CNI - Conselho Nacional de Justiça

APOIO:
Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará
FERC - Federação dos Registros e Cartórios do Brasil
IBR - Instituto Brasileiro de Registro



FELIZ NATAL E PRÓSPERO ANO NOVO!
São os votos do desembargador José Cláudio Nogueira Carneiro
Corregedor Geral da Justiça do Estado do Ceará

CONFRATERNIZAÇÃO NATALINA
Você está convidado para participar.
Venha e traga a sua família!

DIA: 16 de dezembro de 2008
HORÁRIO: 16 horas
LOCAL: Hall da Corregedoria



A assessoria de imprensa criou cartazes para campanhas e datas comemorativas.

Composição da Corregedoria

PALESTRA DE ABERTURA DA III FASE DE CORREÇÕES E INSPEÇÕES

ABERTURA DA IV FASE DE CORREÇÕES E INSPEÇÕES

COMARCA DA QUINTA FASE DE CORREÇÕES E INSPEÇÕES

PROGRAMAÇÃO

Composição da Corregedoria

PALESTRA DE ABERTURA DA III FASE DE CORREÇÕES E INSPEÇÕES

ABERTURA DA IV FASE DE CORREÇÕES E INSPEÇÕES

COMARCA DA QUINTA FASE DE CORREÇÕES E INSPEÇÕES

PROGRAMAÇÃO

Folders com informações referentes as fases de correções e inspeções também foram materiais desenvolvidos pela assessoria de imprensa da Corregedoria.

Site dá transparência às ações da Corregedoria

Notícias do Judiciário, publicações e projetos desenvolvidos pela instituição estão disponíveis ao público através do site da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, disponível no endereço eletrônico <http://www.tj.ce.gov.br/corregedoria>.

O site possibilita ao usuário acompanhar as ações da Corregedoria, como os projetos "Justiça Preventiva", "Fale com o Corregedor" e as Fases de Correições e Inspeções, bem como obter o informativo Corregedoria em Ação e os relatórios da instituição, no formato PDF.

É possível ainda entrar em contato com a Corregedoria utilizando a página, seja através do projeto Fale com o Corregedor, ou pelo link da Assessoria de Imprensa. Também estão disponíveis as estatísticas forenses mês a mês e endereços eletrônicos de diversas entidades e organizações ligadas ao Direito.

Além disso, a página traz atalhos para importantes serviços prestados pelo Tribunal de Justiça e pelo Fórum Clóvis Beviláqua: o Diário da Justiça, Consulta Processual e o Plantão Civil e

The screenshot shows the website interface for the Ceará State Court's Office of the Inspector General. It features a navigation menu on the left, a news section with a photo of the Inspector General and a list of recent news items, and a survey section at the bottom left. The news items include dates and brief descriptions of events and reports. The survey asks for approval of the CNJ's performance.

Poder Judiciário
Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará

Navegação

- Página Inicial
- Institucional
- Gestão
- Legislação
- Estatística Forense
- Atividades Jurídicas
- Notícias
- Links
- Publicações
- Projetos
- Imprensa
- Fale com o Corregedor

Enquete

O Conselho Nacional de Justiça completa, em junho, três anos de instalação. Você aprova o desempenho do CNJ?

Sim

Não

Não sabe

Notícias


Fale com o Corregedor

11/12/2008 - 3,6 mil registros de nascimentos já foram emitidos no Ceará

10/12/2008 - Brincadeiras e capoeira marcam campanha no Lagamar

05/12/2008 - ABC do Lagamar recebe evento da Campanha do Registro Civil

02/12/2008 - Comarcas do Interior lideram quantidade de acordos fechados na Semana da Conciliação

01/12/2008 - Campanha pelo Registro Civil tem continuidade no Bom Jardim

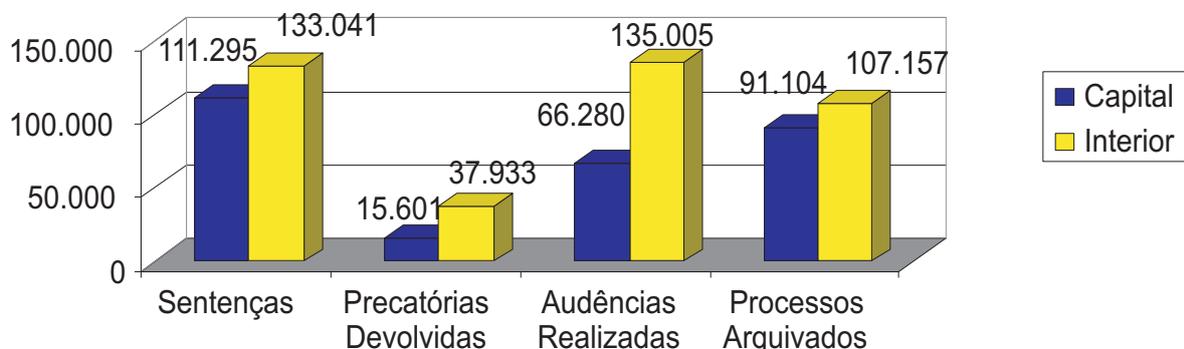
Projeto Justiça Preventiva

O Projeto "Justiça Preventiva: o Novo papel da Corregedoria", lançado, dia 12 de março deste ano, pelo desembargador José Cláudio Nogueira Carneiro, corregedor Geral da Justiça do Estado do Ceará, biênio 2007/2009, tem como objetivo proporcionar orientação e informação aos juizes e servidores, mantendo, contudo a função fiscalizadora da Corregedoria.

Assessoria de Imprensa

Criada em 2005, a Assessoria de Imprensa da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará tem desenvolvido trabalho, sob a orientação do desembargador Corregedor Geral José Cláudio Nogueira Carneiro, voltado para aproximar, cada vez mais, sociedade e Judiciário, mediante divulgação das principais realizações da Corregedoria e publicações diversas.

Prestação Jurisdicional de 2007 1ª Instância - Interior e Entrância Especial (Capital)



Sentenças 2007

	Cíveis	Crime	Total
Capital	85.559	25.736	111.295
Interior	97.188	35.853	133.041
Total	182.747	61.589	244.336

Audiências 2007

	Cíveis	Crime	Total
Capital	37.959	28.321	66.280
Interior	75.013	59.992	135.005
Total	112.972	88.313	201.285

Precatórias devolvidas

Cíveis	Crime	Total
11.076	4.525	15.601
23.507	14.426	37.933
34.583	18.951	53.534

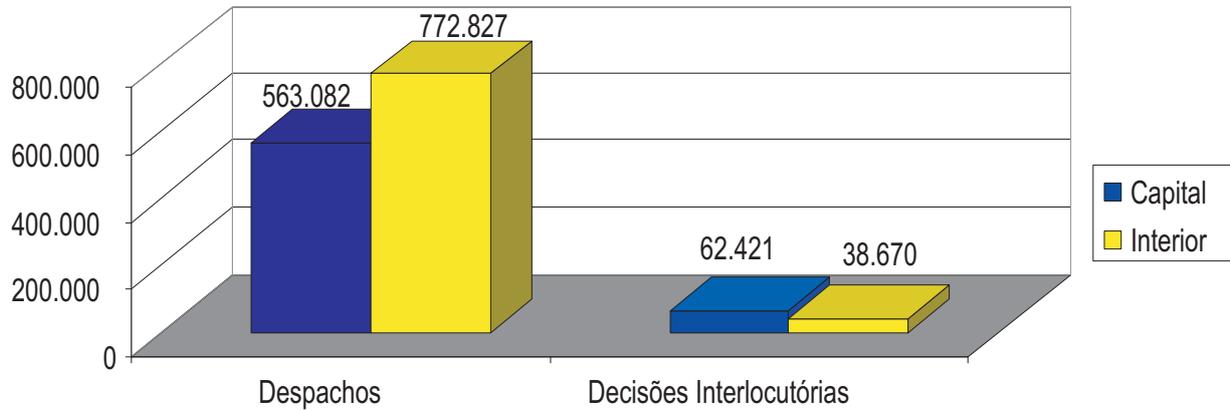
Processos arquivados

Cíveis	Crime	Total
81.721	9.383	91.104
89.124	18.033	107.157
170.845	27.416	198.261

O número de sentenças (primeira instância) somava, em 2007, 244.336 em todo o Ceará. Das quais 182.747 cíveis e 61.589 de natureza crime. Do total foram 111.295 sentenças na Capital e no interior 133.041. No mesmo período foram realizadas 201.285 audiências no Estado, das quais 112.972 cíveis e 88.313 crime, sendo 66.280 em Fortaleza e 135.005 nas comarcas do interior. A prestação jurisdicional, até novembro de 2008, no que se refere a sentença, somou 232.208, sendo 180.403 cíveis e 51.805 crime. Foram 110.574 em Fortaleza e 121.634 no interior. No mesmo período, as audiências somaram 182.924,

das quais 116.759 cíveis e 66.165 crime. Daquela quantidade, 68.127 foram em Fortaleza e 114.797 no interior. Já a quantidade de processos em 2007 somou 693.494 no Ceará, sendo 554.667 de natureza cível e 138.927 crime. A Capital foi responsável por 349.495 processos e o interior por 344.099. Em 2008, posição de janeiro a novembro, a quantidade de processos somou 782.209, dos quais 641.799 cíveis e 140.410 crime. Do montante, 404.921 processos estão em Fortaleza e 377.288 nas comarcas do interior.

Prestação Jurisdicional de 2007 1ª Instância - Interior e Entrância Especial (Capital)



Gerelvânia Ximenes, Diretora e alguns membros da equipe



Cartas Precatórias 2007

	Cível	Crime	Total
Capital**	5.170	2.454	7.624
Interior**	7.681	6.473	14.154
Total	12.851	8.927	21.778

Decisões interlocutórias

	Cível	Crime	Total
Capital	42.597	19.824	62.421
Interior	23.471	15.199	38.670
Total	66.068	35.023	101.091

Processos 2007

	Cível	Crime	Total
Capital*	302.550	46.945	349.495
Interior*	252.117	91.982	344.099
Total	554.667	138.927	693.594

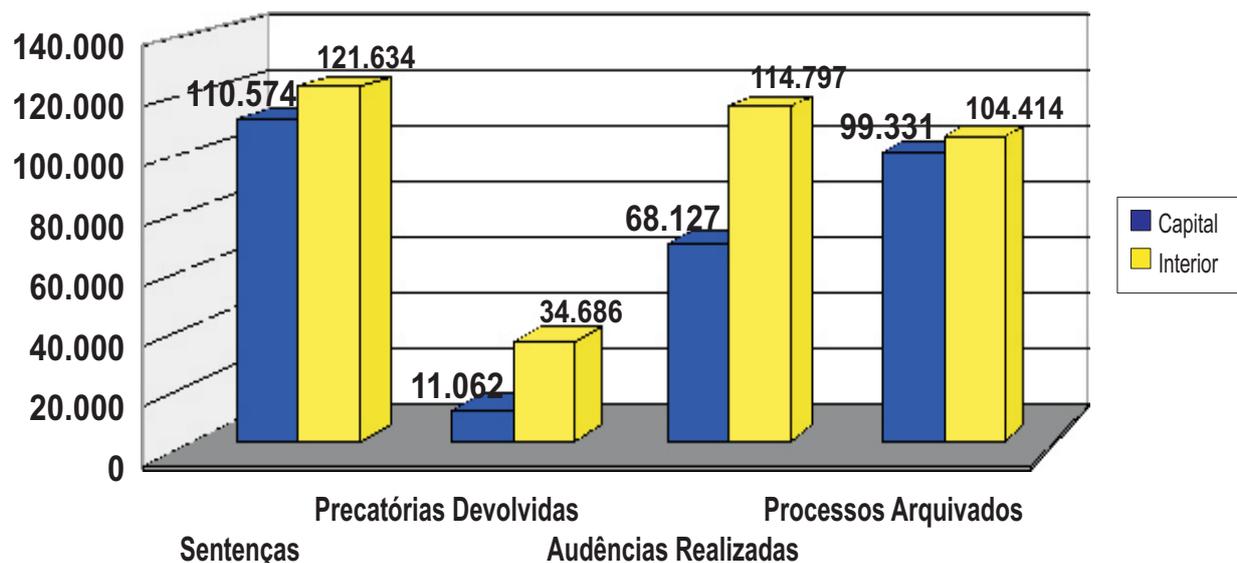
Despachos

	Cível	Crime	Total
Capital	441.883	121.199	563.082
Interior	508.210	264.617	772.827
Total	950.093	385.816	1.335.909

* (Processos vindos do mês anterior + entrados no mês)

** (Cartas Precatórias vindas do mês anterior + entradas no mês)

Prestação Jurisdicional até novembro de 2008
1ª Instância - Interior e Entrância Especial (Capital)



Sentenças 2008

	Cíveis	Crime	Total
Capital	88.690	21.884	110.574
Interior	91.713	29.921	121.634
Total	180.403	51.805	232.208

Precatórias devolvidas 2008

	Cíveis	Crime	Total
Capital	7.233	3.829	11.062
Interior	21.502	13.184	34.686
Total	28.735	17.013	45.748

Audiências em 2008

	Cíveis	Crime	Total
Capital	47.086	21.041	68.127
Interior	69.673	45.124	114.797
Total	116.759	66.165	182.924

Processos arquivados em 2008

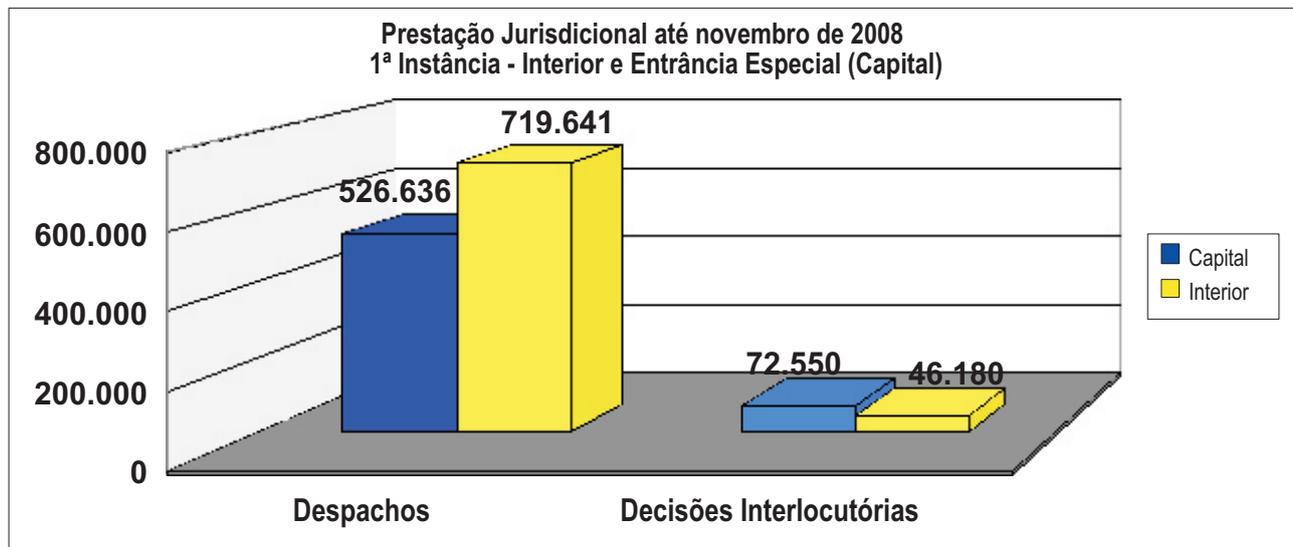
	Cíveis	Crime	Total
Capital	92.740	6.591	99.331
Interior	89.041	15.373	104.414
Total	181.781	21.964	203.745

Processos 2008

	Cível	Crime	Total
Capital*	355.616	49.305	404.921
Interior*	286.183	91.105	377.288
Total	641.799	140.410	782.209

Cartas Precatórias 2008

	Cível	Crime	Total
Capital**	6.285	2.754	9.039
Interior**	8.139	6.432	14.571
Total	14.424	9.186	23.610



Despachos 2008

	Cível	Crime	Total
Capital	418.830	107.806	526.636
Interior	481.089	238.552	719.641
Total	899.919	346.358	1.246.277

Decisões interlocutórias 2008

	Cível	Crime	Total
Capital	57.547	15.033	72.550
Interior	31.018	15.162	46.180
Total	88.565	30.165	118.730

* (Processos vindos do mês anterior + entrados no mês)

** (Cartas Precatórias vindas do mês anterior + entradas no mês)

Perfil das Comarcas do Estado do Ceará

Número de Comarcas no Estado/2007

Entrância Especial	01
3ª Entrância	50
2ª Entrância	39
1ª Entrância	49
Total	139

Número de Comarcas Vinculadas*/2007

3ª Entrância	15
2ª Entrância	22
1ª Entrância	08
Total	45

* Sendo que uma (01) dessas Comarcas não foi instalada até esta data: Pires Ferreira (3ª Entrância).

Número de Secretarias/Unidades de Juizado Especial Cível e Criminal/2007

Entrância Especial - Capital	20
3ª Entrância - Interior	20
Total	40

Número de Secretarias/Unidades/Varas/2007

Entrância Especial	107
Entrância Especial – JECC	20
3ª Entrância	93
3ª Entrância – JECC	20
2ª Entrância	39
1ª Entrância	49
Comarcas Vinculadas	45
Total	373

Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará, Lei Nº 12.342/94, 2ª Edição e as modificações estabelecidas pelas leis números: 12.429/95, 12.553/95, 12.646/96, 12.647/96, 12.652/96, 12.698/97; 12.776/97, 12.779/97, 12.832/98, 12.862/98, 12.883/99, 12.886/99, 12.929/99, 13.102 (17.01.01 – D.O.), 13.204(21.02.02-D.O), 13.477 (24.5.2004- D.J) e 13.898 (27.7.2007- D.O).

Número de Comarcas no Estado/2007

Entrância Especial	01
3ª Entrância	50
2ª Entrância	39
1ª Entrância	49
Total	139

Número de Comarcas Vinculadas*/2007

3ª Entrância	15
2ª Entrância	22
1ª Entrância	08
Total	45

* Sendo que uma (01) dessas Comarcas não foi instalada até esta data: Pires Ferreira (3ª Entrância).

Número de Secretarias/Unidades de Juizado Especial Cível e Criminal/2007

Entrância Especial - Capital	20
3ª Entrância - Interior	19
Total	39

Número de Secretarias/Unidades/Varas/2007

Entrância Especial	107
Entrância Especial – JECC	20
3ª Entrância	94
3ª Entrância – JECC	19
2ª Entrância	39
1ª Entrância	49
Comarcas Vinculadas	45
Total	373

Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará, Lei Nº 12.342/94, 2ª Edição e as modificações estabelecidas pelas leis números: 12.429/95, 12.553/95, 12.646/96, 12.647/96, 12.652/96, 12.698/97; 12.776/97, 12.779/97, 12.832/98, 12.862/98, 12.883/99, 12.886/99, 12.929/99, 13.102 (17.01.01 – D.O.), 13.204(21.02.02-D.O), 13.477 (24.5.2004- D.J) e 13.898 (27.7.2007- D.O).

Número de Juizes no Estado/2007

3ª Entrância	93
3ª Entrância – Juizes titulares JECC	20
3ª Entrância - Juizes auxiliares	12
Subtotal de Juizes da 3ª Entrância	125
2ª Entrância	39
1ª Entrância	49
Número de Juizes do Interior	*213
Capital - Juizes das secretarias de varas	107
Capital - Juizes Titulares dos JECC	20
Capital - Juizes Auxiliares	19
Número de Juizes da Capital	*146
Total	359

*Número de Juizes, a partir de set/2004 (Leis 13.517, 08.09.04 – D.O. e 13.518, 08.09.2004 – D.O), se encontram vagos catorze (14) cargos de Juiz (1ª Entrância: 3; 2ª Entrância: 2; 3ª Entrância: 8 e Entrância Especial: 1).

Número de Juizes no Estado/2008

3ª Entrância	94
3ª Entrância – Juizes titulares JECC	19
3ª Entrância - Juizes auxiliares	12
Subtotal de Juizes da 3ª Entrância	125
2ª Entrância	39
1ª Entrância	49
Número de Juizes do Interior	*213
Capital - Juizes das secretarias de varas	107
Capital - Juizes Titulares dos JECC	20
Capital - Juizes Auxiliares	19
Número de Juizes da Capital	*146
Total	359

*Número de Juizes, a partir de set/2004 (Leis 13.517, 08.09.04 – D.O. e 13.518, 08.09.2004 – D.O), se encontram vagos, quatorze (13) cargos de Juiz (1ª Entrância: 06; 2ª Entrância: 02; 3ª Entrância: 03 e Entrância Especial: 02).

Distribuição por matéria nas Secretarias/Unidades/varas da Comarca de Fortaleza

Secretarias / Unidades / Varas/2007	Nº
Cíveis	30
Falências e Concordatas	03
Família	18
Sucessões	05
Fazenda pública	07
Execuções Fiscais e de Crimes contra a Ordem Tributária	05
Registro Público	02
Infância e Juventude	05
Criminais	18
Execução Criminal, Corregedoria dos Presídios e Habeas Corpus	01
Execução de Penas Alternativas	01
Júri	06
Trânsito	02
Justiça Militar	01
Delitos sobre Tráfico e Uso de Substâncias Entorpecentes	02
Unidades do Juizado Especial Cível e Criminal	20
Total	126

Secretarias / Unidades / Varas/2008	Nº
Cíveis	30
Falências e Concordatas	03
Família	18
Sucessões	05
Fazenda pública	07
Execuções Fiscais e de Crimes contra a Ordem Tributária	05
Registro Público	02
Infância e Juventude	05
Criminais	18
Execução Criminal, Corregedoria dos Presídios e Habeas Corpus	01
Execução de Penas Alternativas	01
Júri	06
Trânsito	02
Justiça Militar	01
Delitos sobre Tráfico e Uso de Substâncias Entorpecentes	02
Unidades do Juizado Especial Cível e Criminal	20
Juizado da violência doméstica e familiar contra a mulher	01
Total	127





Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará

Relatório do Biênio 2007/2009